

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

MICHELLE SOST DOS SANTOS

**ABDUL INJAI, A CONQUISTA PORTUGUESA E O LEVANTE DE 1919 NA  
GUINÉ-BISSAU: MANIFESTAÇÃO PÚBLICA DE UM DISCURSO OCULTO**

Porto Alegre

2016

MICHELLE SOST DOS SANTOS

**ABDUL INJAI, A CONQUISTA PORTUGUESA E O LEVANTE DE 1919 NA  
GUINÉ-BISSAU: MANIFESTAÇÃO PÚBLICA DE UM DISCURSO OCULTO**

Monografia apresentada ao Departamento de  
História da Universidade Federal do Rio Grande  
do Sul como requisito parcial para a obtenção do  
grau de Licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. José Rivair Macedo

Porto Alegre

2016

MICHELLE SOST DOS SANTOS

**ABDUL INJAI, A CONQUISTA PORTUGUESA E O LEVANTE DE 1919 NA  
GUINÉ-BISSAU: MANIFESTAÇÃO PÚBLICA DE UM DISCURSO OCULTO**

Monografia apresentada ao Departamento de  
História da Universidade Federal do Rio Grande  
do Sul como requisito parcial para a obtenção do  
grau de Licenciada em História.

Aprovada em: 12 de julho de 2016.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr José Rivair Macedo (orientador) - UFRGS

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Carla Brandalise - UFRGS

---

Me. Ricardo Ossagô de Carvalho - UFRGS

Porto Alegre

2016

## AGRADECIMENTOS

A primeira pessoa que eu devo agradecer é, sem sombra de dúvida, a minha mãe, Meraci. O fato de ela ser uma mulher forte e guerreira, que batalhou a vida toda para alcançar o conforto básico que temos hoje, foi o que me permitiu entrar no curso de História e concluí-lo com certa comodidade. Seguindo no contexto familiar, preciso agradecer à parceria do Bernardo, meu irmão querido, que nos momentos de estresse soube me compreender e me apoiar – inclusive lendo partes desse trabalho quando eu pedia; e ao meu pai Paulo, que está sempre disposto a me ajudar quando preciso, e que muitas vezes me deu uma carona na volta das aulas para casa de noite.

Ao professor Rivair, gostaria de agradecer não só pela orientação no desenvolvimento deste trabalho, mas também pelo meu interesse no tema de história da África. Foram nas aulas fascinantes da disciplina de História das Antigas Sociedades Africanas, por ele ministradas, que fui conquistada pelo continente.

Ao Ricardo Ossagô e a professora Carla Brandalise, agradeço pela avaliação e contribuições no trabalho. E também, agradeço ao incentivo para dar continuidade no desenvolvimento do tema.

Quero agradecer também àquelas pessoas queridas que o curso de História me deu. Todas aquelas que contribuíram de alguma maneira para a minha formação acadêmica e social – no campus do Vale, nos estágios e em toda minha vivência universitária. Em especial, agradeço ao colega Jorge, que além da parceria dos 5 anos de curso, me deu um super apoio “logístico”: todas as vezes que viajava para Portugal, me trazia livros que foram fundamentais para o desenvolvimento desse trabalho. Às minhas amigas Janaína, Mariana, Sara e Barbara, fica aqui o meu muitíssimo obrigada pelo companheirismo e apoio de sempre - a amizade com vocês é com certeza uma das coisas mais importantes que eu fiz no curso. E por fim, ao meu companheiro Wylliam, agradeço os auxílios na área de informática e o apoio emocional de todos os fins de semestre, e principalmente durante o desenvolvimento desse trabalho.

El análisis de los discursos ocultos de los poderosos y de los subordinados hace posible, creo yo, una ciencia social que revela contradicciones y virtualidades; que alcanza a penetrar profundamente, por debajo de la tranquila superficie que a menudo presentaba la adaptación colectiva a la distribución del poder, de la riqueza y del rango social.

James C. Scott

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar as relações estabelecidas entre Abdul Injai - régulo das regiões do Cuor e Oio na Guiné - e os representantes portugueses dentro do contexto imperialista do início do século XX. Apesar de estarem em contato com os povos da Guiné desde o século XV, os portugueses não tinham domínio efetivo sobre a região. No entanto, a partir das transformações no sistema econômico ocidental e a sua necessidade de expansão, o continente africano foi invadido por uma onda imperialista, que resultou na disputa entre os países europeus sobre os seus territórios. Dessa forma, Portugal viu-se obrigado a efetivar seu domínio sobre a região da Guiné. No entanto, é impossível falar de dominação, sem falar de resistência, e é esse o objetivo principal desse trabalho. As ofensivas portuguesas foram ferozmente combatidas pelos diferentes povos da Guiné, o que retardou por quase um século a implantação do sistema colonial nessa região. O caso de Abdul Injai não se enquadra nesses modelos tradicionais de resistência, e por isso, faremos distinção entre dois momentos em sua atuação: no primeiro, enquanto chefe de um exército de mercenários e agindo em prol de seus interesses, ele estabelece aliança com as forças portuguesas. Através do discurso público de combate aos povos locais, ele afirma seu poder na região e garante suas nomeações de régulo do Cuor e do Oio. No entanto, a condição de régulo não estava de acordo com o poder que Abdul almejava, pois conotava submissão à administração colonial portuguesa. Dessa forma, o seu segundo momento de atuação que é o levante de 1919, além de ser uma resistência armada evidente ao sistema colonial, é a confirmação de que as suas ações anteriores não visavam à afirmação do domínio português na região, mas, provavelmente, a afirmação de seu próprio poder.

**Palavras-chave:** imperialismo, sistema colonial, resistência, discurso oculto, discurso público.

## ABSTRACT

The objective this final paper is to analyze the relations between Abdul Injai – *régulo* (native ruler) regions of Cuor and Oio in Guinea - and the Portuguese representatives, in the imperialist context of the twentieth century. Although Portugal was being in touch with the people of Guinea since the fifteenth century, it hadn't effective control over the region. However, from the transformations in the Western economic system and its need for expansion, the African continent was be invaded by an imperialist wave, and its territories were be played between European countries. Then, Portugal was being forced to conduct its grip on the region of Guinea. However, it is impossible to speak of domination, whitout to speak about resistance, and that is the main objective of this work. The Portuguese offensives were strongly fought by different peoples of Guinea, which delayed for almost a century the establishment of the colonial system in this region. The case of Abdul Injai does not similar to these traditional models of resistance, and we will do two times distinction in its action: first, as head of an army of mercenaries and acting on behalf of their interests, it establishes alliance with the Portuguese forces. Through public discourse to combat local people, he asserts his power in the region. And it ensures their appointments *régulo* the region. However, *régulo* condition was not according to the power that Abdul craved because it connoted submission to the Portuguese colonial administration. Thus, its second moment of action that is the uprising of 1919, also it being an obvious armed resistance to the colonial system, it is the confirmation that his previous actions were not intended to affirmation of Portuguese rule in the region, but the statement his own power.

**Keywords:** imperialism, colonialism, resistance, hidden transcript, public transcript.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	9
1. CONTEXTO DAS RELAÇÕES ENTRE O MUNDO EUROPEU E O AFRICANO .....	18
1.1 TRANSFORMAÇÕES NAS SOCIEDADES AFRICANAS DO SÉCULO XIX.....	18
1.2 TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS NO OCIDENTE E O IMPERIALISMO .....	22
1.3. RELAÇÕES ENTRE AS SOCIEDADES DA REGIÃO DA ATUAL GUINÉ-BISSAU E OS PORTUGUESES .....	25
2. AS RESISTÊNCIAS DE ABDUL DE INJAI .....	36
2.1 GUINÉ-BISSAU, TERRA DE RESISTÊNCIA .....	37
2.2 OS DISCURSOS POLÍTICOS DE ABDUL INJAI .....	40
2.3 O LEVANTE DE 1919: MANIFESTAÇÃO PÚBLICA DE UM DISCURSO OCULTO ...	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
FONTES.....	57
BIBLIOGRAFIA.....	57
APÊNDICE A .....	59
Relação de documentos oficiais publicados no periódico Boletim Cultural da Guiné Portuguesa..	59
ANEXO A.....	60
Mapa da região da atual Guiné-Bissau nos últimos anos do século XIX.....	60
ANEXO B .....	61
Fotografia de Abdul Injai .....	61
ANEXO C .....	62
Fotografia de João Teixeira Pinto .....	62





## INTRODUÇÃO

O país que conhecemos hoje por Guiné-Bissau, assim como a maioria dos países africanos, é resultado da união forçada de diferentes grupos étnicos que viviam na região, e que foram delimitados dentro desse espaço como guineenses a partir da intervenção das principais potências econômicas do período. Assim como na maioria dos países africanos, a negociação realizada na Conferência de Berlim, promovida pelos países europeus em 1885, não finalizava as questões “práticas” da ocupação colonial. A delimitação das fronteiras de influência sobre o, que atualmente conhecemos por, Senegal e Guiné-Bissau – territórios integrantes da Senegâmbia<sup>1</sup> - entre Portugal e França se deu na convenção de delimitação da Guiné, em maio de 1886. A partir dela, Ziguinchor e Casamance – importantes regiões comerciais – passaram ao domínio francês.

Desde o século XV diferentes sociedades que pertenciam a esse espaço já haviam estabelecido contato com Portugal, devido ao período de expansão marítima da mesma. Nos primeiros séculos, as relações entre colônia e metrópole eram mais amistosas - ou menos conflituosas - visto que o domínio da segunda sobre a primeira era muito fraco, acontecendo principalmente por intermédio de outra colônia portuguesa que ficava ao lado: Cabo Verde. Pelissier afirma sobre essa relação:

Poderíamos fixar-nos em ‘Guiné-Portuguesa’ que é o nome oficial no termo do período considerado. Porém, esta designação, não abrange as realidades do seu começo, em que a Guiné só é portuguesa por abuso de vocabulário, pois que, nesta época, ela é principalmente africana e, muito acessoriamente, ‘cabo-verdiana’<sup>2</sup>

Foi a partir dos acontecimentos mundiais do século XIX, consequência principalmente do desenvolvimento econômico europeu, que as relações entre Portugal e os territórios africanos se alteraram.

A Revolução Industrial, ocorrida na Inglaterra em fins do século XVIII, influenciou os países do mundo ocidental – principalmente os europeus - a seguirem o mesmo caminho

---

<sup>1</sup> De maneira geral, o que se convencionou chamar de região da Senegâmbia é o território compreendido na atualidade pelos países: Senegal, Gambia, República da Guiné, República da Guiné-Bissau, e partes da Serra Leoa, Libéria, Costa do Marfim e Mali. Essas regiões foram disputadas, principalmente, pela França e por Portugal, na fase do imperialismo.

<sup>2</sup> PELISSIÉR, René. História da Guiné, portugueses e africanos na Senegâmbia (1841-1936). Lisboa: Editorial Estampa, 1989, volume I. p. 29.

de desenvolvimento econômico - só em fins do século XIX, Estados Unidos e a Alemanha viriam a ultrapassar o nível de desenvolvimento inglês, devido às descobertas da Segunda Revolução Industrial. Esse processo de desenvolvimento capitalista, ainda no século XIX, chegou ao seu limite dentro dos países, e a solução encontrada para a continuidade do crescimento foi a expansão da economia para fora das fronteiras nacionais. O conceito de imperialismo é que defini esse redirecionamento, que não influenciou apenas nas relações políticas entre os países, mas também em termos econômicos e sociais. A partir de então, os territórios estrangeiros que de alguma forma já sofriam a intervenção dos Estados europeus, passaram por um processo de acirramento da dominação, através da implantação do sistema colonial, com a finalidade de serem garantidos enquanto propriedade de um diante da concorrência dos outros. Esse sistema colonial variou de acordo com as características da região colonizada, mas de modo geral, ele representava para os dominadores: fonte de matérias primas, mercado consumidor para o escoamento da produção industrial, e ainda, em alguns casos, um destino para o excesso populacional. Essas transformações aconteceram principalmente no continente africano e em alguns países asiáticos.

A partir desse contexto mundial de acirramento do domínio colonial, vamos pensar a reação do régulo Abdul Injai contra a intenção portuguesa de aumentar o controle sobre a região da atual Guiné-Bissau. Desde meados do século XIX foram empreendidas ações de controle sobre as populações locais africanas. A revolta desse régulo, apesar de acontecer em um período mais tardio ao do imperialismo europeu – 1917-1919 -, está no cerne dessa questão. Além disso, esse personagem histórico nos mostra uma contradição característica das relações imperialistas estabelecidas entre Europa e África: se no início do século XX, Abdul foi chefe de um exército de “mercenários”, que se aliou à administração portuguesa e fundamental para a subordinação dos povos locais rebeldes e afirmação do domínio português na Guiné<sup>3</sup>; o levante, que é objeto principal de análise desse trabalho, diz respeito ao momento que Abdul se rebelou contra a administração colonial. Alguns anos antes, ele havia sido legitimado como régulo das regiões do Cuor e Oio, pelos portugueses.

---

<sup>3</sup> Desde sempre, o domínio colonial francês que existia na região do entorno da Guiné-Portuguesa, ameaçava o domínio português. Tanto que até quase o fim do século XIX, as fronteiras entre um e outro território ainda não tinham sido definidas claramente.

Para a análise dessas relações usaremos uma série de documentos produzidos pelos representantes portugueses. O primeiro conjunto de fontes é denominado “Documentos sobre a Campanha contra Abdul Injai”<sup>4</sup>. Eles compreendem os relatórios dos oficiais portugueses que participaram da campanha contra o régulo, e são as principais fontes desse trabalho. Através deles podemos perceber os diferentes elementos das relações entre Abdul e os representantes portugueses. Apesar de tratarem propriamente do levante, neles estão presentes vestígios dos momentos anteriores. Outro material utilizado é o livro “Ocupação militar da Guiné”<sup>5</sup> publicado em 1936. Nele estão reunidos os relatórios das campanhas empreendidas pelo comandante militar Teixeira Pinto, no início do século XX. Não faremos uma análise aprofundada de todo esse material, só dos elementos que contribuem de alguma forma com esse trabalho, como por exemplo, as referências do comandante às ações de Abdul. Há também no prefácio desse livro, que foi escrito pelo filho do comandante Teixeira Pinto, uma exaltação às expedições militares portuguesas e à nação portuguesa, que são elementos constituintes do contexto imperialista. E por fim, contribui com esse trabalho também um artigo denominado “Figuras da ocupação: Abdul Injai”<sup>6</sup>. Ele foi escrito em 1949 pelo administrador colonial da ilha de São Domingos, Amadeu Nogueira, e tem como objetivo escrever um pouco sobre a história desse personagem histórico: “Dando a conhecer os factos da vida de Abdul Injai, antes da sua actuação como cabo de guerra nas campanhas de 1914/15, de que, por mero acaso, fiquei sabedor, pretendo concorrer para que o historiador de amanhã o veja sobre o seu verdadeiro aspecto”<sup>7</sup>. Esse é um texto bastante interessante, pois o autor atribui a um “velho Mandinga” - que afirma ter crescido com Abdul em um mesmo povoado do Senegal – a responsabilidade pelas informações. Esse último texto, juntamente com os relatórios que compõe os “Documentos sobre a Campanha contra Abdul Injai” foram publicados no “Boletim Cultural da Guiné Portuguesa”, periódico colonial, publicado de 1946 à 1973 e

---

<sup>4</sup> “Documentos sobre a campanha contra Abdul Injai”. Boletim Cultural da Guiné Portuguesa (Bissau). Vol. VI, nº 21, 1951. Disponível em <<http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=BCGP/BCGP-N021&p=62>> Acesso em 10/06/2016. A partir daqui, todas às referenciais ao periódico serão representadas pela sigla “BCGP”.

<sup>5</sup> PINTO, João Teixeira. A ocupação militar da Guiné, Lisboa, 1936.

<sup>6</sup> NOGUEIRA, Amadeu. “Figuras da ocupação”. Boletim Cultural da Guiné Portuguesa (Bissau). Vol. IV, 1949. p. 49-60. Disponível em <<http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=BCGP/BCGP-N013&p=6>> Acesso em 10/06/2016.

<sup>7</sup> Ibid., p. 59.

que hoje está disponível na página eletrônica do *Projeto Memória de África e Oriente*<sup>8</sup>. Sobre esse projeto, Leister nos explica:

Coordenado pela *Fundação Portugal-África*, este projeto iniciado em 1997, vem recolhendo, tratando e disponibilizando no formato digital, grande quantidade de registros (periódicos, fotografias, documentos oficiais, livros didáticos, etc.), dispersos entre os centros de documentação dos países lusófonos. Entre eles destaca-se o Boletim Cultural da Guiné Portuguesa (BCGP), revista criada em 1945 e que no ano seguinte passou a circular sob a supervisão do Centro de Estudos da Guiné Portuguesa. Esta instituição, surgida em Bissau nesse mesmo ano, tinha por finalidade promover a colônia e disseminar “cultura e informação”.<sup>9</sup>

Essas fontes produzidas pelos portugueses trazem um grande desafio para o desenvolvimento de trabalhos sobre África, pois elas demonstram apenas a visão do dominador. Dificuldade potencializada pelo contexto do levante, que é um momento histórico de integração do continente africano ao mundo ocidental. A partir desses contatos, as dinâmicas internas do continente não poderão mais ser analisadas sem levar em consideração os acontecimentos no resto do mundo – o que não significa que serão analisadas somente a partir deles. De igual maneira, através de leituras sobre o tema do imperialismo, colonialismo e sociedades africanas, tentamos ao máximo – e dentro do possível para um pesquisador ocidental – desenvolvê-lo sob uma “perspectiva africana”. E antes de explicar o que é essa perspectiva, é importante que sejam prestadas algumas explicações. O primeiro passo de aproximação se deu através da análise de Barbosa sobre a construção da perspectiva africana no projeto “História Geral da África”<sup>10</sup>. A participação majoritária de autores africanos nos textos – inclusive, sendo apenas africanos os editores dos oito volumes – e as discussões sobre os trabalhos que seriam publicados na obra, nos permitem uma noção inicial de qual história os intelectuais africanos do período queriam para si. Acreditamos que algumas orientações do projeto devem ser consideradas por aqueles que pretendem trabalhar com o continente. Um exemplo factual delas, que é

---

<sup>8</sup> Disponível em < <http://memoria-africa.ua.pt/>> Acesso em 10/06/2016.

<sup>9</sup> LEISTER, Fátima. Caminhos de Pesquisa: A Guiné-Bissau e o Boletim Cultural da Guiné Portuguesa. (1946-1973). Projeto História, São Paulo, n. 44, pp. 321-330, jun. 2012. Disponível em <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/issue/view/925>> Acesso em 10/06/2016. p. 324.

<sup>10</sup> O projeto HGA, e a análise feita por Barbosa, são um bom passo inicial quem deseja iniciar estudos sobre o continente.

percebido na análise feita por Barbosa, são as críticas do Conselho Executivo<sup>11</sup> à abordagem que estava sendo seguida pelos autores do volume VII<sup>12</sup>, editado por A. Boahen: “o CE se posicionou dizendo que os autores deviam buscar superar uma visão de história ali presente, de que a África e os africanos seriam passivos na história, à espera de serem conquistados pela superioridade europeia.”<sup>13</sup> O que vai ao encontro de um dos motivos principais do desenvolvimento do projeto:

o desejo de que a HGA pudesse impulsionar uma escrita da história que superasse os preconceitos colonialistas sobre o continente, contribuindo para mostrar as contribuições africanas para a civilização humana. Algo visto como sumamente necessário às nações africanas no período pós-colonial que se instaurava em África.<sup>14</sup>

Atualmente, muitos intelectuais africanos discordam, em parte, dessa perspectiva que exercia forte influência nos primeiros anos do desenvolvimento do projeto HGA. E qual era essa perspectiva? Lopes faz uma breve análise sobre “três grandes momentos de interpretação histórica de África, ou seja, as três grandes historicidades”<sup>15</sup>. Me refiro então, à segunda tendência analisada: a da “Superioridade Africana”, que o autor intitula “corrente da pirâmide invertida”. Ela foi o primeiro movimento intelectual africano que rompeu com a prática da “Inferioridade Africana”, que até então era predominante nos estudos sobre África. Esse última, desenvolvida quase que totalmente por pesquisadores não-africanos e que resultou em estudos repletos de estereótipos depreciativos, preconceituosos e desumanizadores sobre o continente e o indivíduo africanos. No entanto, apesar da indiscutível referência que a corrente da Superioridade representa, estudos africanos mais recentes apontam carências nessa perspectiva de análise. Mbembe, por exemplo, apresenta críticas bastante severas - em alguns momentos da sua análise, seu posicionamento parece beirar ao extremo oposto da tendência por ele criticada: “a manipulação da retórica da autonomia, da resistência e da emancipação serve como único critério para determinar a legitimidade do discurso “africano” autêntico [...] promove a

---

<sup>11</sup> O Conselho Executivo, juntamente com o Comitê Científico Internacional, era um dos principais órgãos responsáveis pela realização do projeto História Geral da África. Sua atribuição principal era a coordenação do projeto em termos práticos e de produção dos materiais.

<sup>12</sup> BOAHEN, Adu A. (org). *África sob dominação colonial (1880-1935)* (Coleção História Geral da África, vol VI). Brasília: UNESCO/MEC/UFSCAR, 2010.

<sup>13</sup> BARBOSA, Muryatan Santana. “A construção da perspectiva africana: uma história do projeto História Geral da África (UNESCO)”. *Revista Brasileira de História (ANPUH)*, vol. 32 no 64, 2012. p. 223.

<sup>14</sup> *Ibid.*, p. 212.

<sup>15</sup> LOPES, Carlos. “A pirâmide invertida – historiografia africana feita por africanos”, *In*, V.V.A.A., *Colóquio Construção e ensino da História de África* (7-9 de junho de 1994), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, pp. 21-29. p. 21.

ideia de uma única identidade africana, cuja base é o pertencimento à raça negra”<sup>16</sup>. Simplificando a rica análise desenvolvida por Mbembe sobre a construção e representação da identidade africana, suas críticas apontam a carência de profundidade no que diz respeito à diversidade cultural, política, geográfica etc, e ainda os usos políticos dessa identidade.

No entanto, para além das carências apresentadas por Mbembe, essa vertente mais nacionalista, que busca a não depreciação do continente africano – que será a base da perspectiva africana adotada nesse trabalho -, continua sendo essencial, principalmente em termos práticos. Por mais que se avance nas análises acadêmicas da história africana, é inegável a persistência dos estereótipos inferiorizantes nos olhares do mundo ocidental sobre o continente negro. E não apenas sobre o continente, mas também sobre os afrodescendentes das diásporas. Essa perspectiva é bastante válida de ser considerada principalmente por nós, não-africanos, que queremos estudar a história do continente. Ela é o nosso norte fundamental e auxílio para fugir das armadilhas inconscientes de uma formação social e acadêmica essencialmente ocidental.

Partindo desses pressupostos, reforçamos mais ainda o compromisso pela construção de uma sociedade menos desigual. Se nas décadas de 60 e 70, os países africanos pós coloniais necessitavam se auto organizar, e se auto afirmar, através do reconhecimento das contribuições do continente para o desenvolvimento da humanidade, essa necessidade continua presente. E não apenas nos países africanos. Tantas décadas já se passaram e esse objetivo ainda não foi plenamente alcançado. Para além do continente negro, a falta de reconhecimento dos valores africanos está diretamente relacionada com o desenvolvimento social dos países que foram destino da diáspora. No Brasil, por exemplo, apesar das conquistas garantidas pela organização e militância dos movimentos negros, as desigualdades e preconceitos vivenciados por indivíduos afro-descendentes existem de maneira estrutural e intrínseca na nossa sociedade.

Pelo fato do estudo de História da África ser um campo relativamente novo dentro da historiografia brasileira – ou que está adquirindo mais popularidade atualmente -, ainda não existe nenhuma análise sobre esse levante de Abdul Injai no país. No entanto, a partir

---

<sup>16</sup>MBEMBE, Achille. “As formas africanas de auto-inscrição”. Estudos afro-asiáticos (Rio de Janeiro), vol. 23 no 1, 2001. p. 174.

da lei 10.639/02, que institui a obrigatoriedade do ensino da história africana nas escolas brasileiras, as instituições acadêmicas formadoras dos professores da educação básica se viram obrigadas a ceder espaço a esse novo tema. Mais do que isso, através da luta dos grupos de militância negra, o estudo da história da África se apresenta como uma conquista: o espaço de produção do conhecimento científico, normalmente elitista e conservador, agora se vê obrigado a desenvolver pesquisas voltadas a suprir as necessidades identitárias dos afrodescendentes brasileiros, que desde sempre tiveram suas demandas negadas ou menosprezadas pelos instrumentos institucionais do Estado.

O ensino da história do continente africano dentro das escolas, além de ser útil à desmistificação dos estereótipos e preconceitos - originados ou do desconhecimento do continente, ou da finalidade de manter a imagem de inferioridade que foi construída e reproduzida pelo pensamento ocidental -, serve também para valorizar os brasileiros com descendência africana, e que sempre foram obrigados a aprender sobre a história do continente europeu, como se a sociedade brasileira fosse resultado apenas dele. Sendo que, mesmo o Brasil tendo nascido no berço do pensamento ocidental, a sua história é permeada em igual proporção pela história africana que, para além das contribuições culturais, possibilitou o desenvolvimento econômico no país, nos momentos em que a base da economia agroexportadora dependia prioritariamente da mão de obra escravizada negra.

Como já referido anteriormente, a construção do conhecimento sobre o continente africano, de modo desvinculado da história da escravidão negra brasileira visa à valorização cultural do continente, dos africanos e dos seus descendentes brasileiros. Até então, a imagem do africano e do negro, no Brasil, era vinculada apenas à figura do agente histórico escravizado, o que gera um sentimento de menosprezo - o papel de protagonismo na construção da nação brasileira dificilmente lhes foi reconhecido, mesmo sendo a sua força braçal o principal elemento do desenvolvimento econômico. Menosprezo esse, que é refletido nas relações humanas até os dias atuais através das mais diversas formas de discriminação racial. Mostrar aos alunos da Educação Básica a História da África com toda sua riqueza cultural, geográfica e social - que muitas vezes possui lógicas sociais completamente diferentes da ocidental - é dar-lhes a chance de conhecer a história de um mundo distante, sobre o qual existe um conhecimento completamente distorcido. Agindo assim, o continente africano será apresentado como muito mais que o simples fornecedor de mão de obra escravizada. Além disso, possibilita ao aluno negro um instrumento de



empoderamento, através da valorização da origem de seus antepassados. Esse empoderamento lhes será fundamental para resistir perante a cruel lógica de repressão à cultura afro, e a discriminação que estão presentes nos mais diversos espaços de sociabilidade, às quais esses indivíduos estão submetidos a todo instante.

O estudo de uma revolta com carácter de resistência à dominação colonial portuguesa é essencial para que seja possível a projeção de uma nova visão sobre a história africana no ocidente. Romper com a imagem de africano apenas vitimizado, que sofreu a conquista sem nenhuma forma de resistência, é dar-lhes voz dentro da sua própria história, é reconhecer o seu protagonismo no que diz respeito a sua luta. É mostrar o lado da história que foi apagado, como por exemplo, o porquê de líderes locais africanos terem se aliado aos portugueses; quais eram os interesses envolvidos a partir de sua própria vivência?

No primeiro capítulo será feita uma breve análise das transformações que estavam acontecendo no continente africano de modo geral, e nos países ocidentais, e que influenciaram a mudança na forma de relação desses dois mundos a partir do século XIX. Considerando o contexto ocidental de desenvolvimento capitalista, e o imperialismo que dele resultou, podemos entender o porquê da exploração dos portugueses sobre a região da atual Guiné-Bissau ter se intensificado, resultando na implantação de um sistema colonial. Através do contexto africano de transformações no modelo de sociedades tradicionais e, por exemplo, ascensão dos Estados tardios, podemos nos aproximar de elementos que justificam as diferentes reações dos povos africanos diante dessa invasão estrangeira: sejam as resistências bélicas dos povos da região, sejam formas de resistência não convencionais, como no caso de Abdul.

No segundo capítulo faremos a análise das relações entre Abdul Injai, administração colonial e os povos locais. A partir dos discursos públicos e ocultos podemos perceber quais eram os objetivos tanto dos representantes portugueses, quanto do régulo e como eles contribuíram para a transformação dessas relações políticas. Assim, propomos uma perspectiva diferente sobre a aliança estabelecida, num primeiro momento, entre Abdul e os portugueses, e sobre os desdobramentos dessa relação, como por exemplo, o levante de 1919 contra o sistema colonial implantado e o porquê dos povos locais - que até antes das campanhas de “pacificação” ofereciam uma resistência feroz às forças portuguesas – não terem se unido à Abdul contra os portugueses.

A partir desse trabalho, tentamos oferecer algumas possíveis reflexões sobre o levante de 1919: os porquês da aliança inicial entre Abdul Injai e a administração portuguesa e do posterior desgaste que resultou na revolta; de que maneira a colonização portuguesa interferiu nas relações políticas entre as diferentes sociedades que viviam na região da atual Guiné-Bissau. De modo mais específico, tentamos propor uma perspectiva sobre Abdul Injai que refuta o seu enquadramento nas categorias de “vilão”, “herói”, ou ambos, como comumente ele é descrito. Buscamos analisar seu caso a partir das condições que estavam impostas pelas relações de poder do processo colonial, e das características das sociedades africanas do período.

## 1. CONTEXTO DAS RELAÇÕES ENTRE O MUNDO EUROPEU E O AFRICANO

Para entender o levante de 1919 de Abdul Injai, devemos considerar os acontecimentos do século XIX, não apenas no mundo ocidental, mas também no continente africano. Dessa forma, antes de tratar das relações entre África e Portugal dentro do contexto imperialista, vamos fazer uma breve aproximação do contexto interno do continente.

### 1.1 TRANSFORMAÇÕES NAS SOCIEDADES AFRICANAS DO SÉCULO XIX

Apesar de não tratar propriamente dos povos que hoje compreendem a Guiné-Bissau, Mbokolo nos apresenta algumas das transformações pelas quais diferentes sociedades africanas passaram no século XIX, e ao conhecê-las podemos perceber diversos elementos que estão presentes nas ações de Abdul Injai, e que podem explicar suas relações com a administração portuguesa local. A primeira diz respeito ao surgimento dos “Estados tardios”, na segunda metade do século XIX:

Provenientes das origens mais diversas, Samori, Rabah, Tippu Tip e Msiri [exemplos de líderes desses Estados tardios] tinham em comum o facto de serem hábeis comerciantes, ambiciosos e pouco escrupulosos, impelidos para o proscénio político pelo apetite do lucro e a busca do poder, que era o meio mais eficaz de aceder aos recursos económicos e de controlar as fontes de acumulação.<sup>17</sup>

Sua existência está relacionada, principalmente a interesses comerciais e formação de um Estado forte. Diferentemente dos “Velhos Estados” – legitimados pela própria tradição local, mantida através de séculos – sua legitimidade se dava através da força e da necessidade da manutenção permanente da violência, pois normalmente eram formados por diferentes povos conquistados. Havia diferentes tipos de forças militares que eram utilizadas para esse fim: exércitos de mercenários, de súditos e de cidadãos. Queremos destacar o primeiro tipo:

---

<sup>17</sup> M'BOKOLO, Elikia. *África Negra. História e Civilizações. Tomo II- Do século XIX aos nossos dias*. Lisboa: Edições Colibri, 2007. p. 289.

Temidos pela violência de que faziam uso nas suas razias, os exércitos de mercenários – o *basinger* dos cartumenses, os *ruga ruga* da África Oriental, os *askari* dos traficantes arabo-swahilis – só eram fiáveis sob a autoridade dos seus chefes, com a condição de serem bem pagos ou de terem a promessa de um saque valioso.<sup>18</sup>

Além de podermos aproximar os interesses de Abdul com os interesses desses líderes dos Estados tardios, a segunda relação com a análise de Mbokolo diz respeito às semelhanças das forças de Abdul com os exércitos de mercenários, visto ele e sua gente representarem um grupo desse tipo dentro da Guiné, no momento da aliança com a administração portuguesa. Para além da atribuição de juízos de valor de autores que o designaram como mercenário, ou vilão, não podemos deixar de considerar os seguintes aspectos: Abdul e seus homens, em geral, não eram originários das regiões que foram subjugadas – principalmente na região do Oio, onde houve o levante no segundo momento –; essa falta de identidade pode ajudar a explicar o porque das ações de Abdul e seus homens sobre os povos da região serem, muitas vezes, tomadas de violência; e ainda, um terceiro ponto: àquelas sociedades locais, na época, não se reconheciam enquanto pertencentes a unidade nacional que representa para nós hoje a Guiné-Bissau – o que existiam eram identidades mais particulares, que diferenciavam-se em cada povo. Esses aspectos contribuem com a caracterização dessa região enquanto espaço de constante transição, e das suas sociedades não estagnadas.

Existem diferenças a serem consideradas no caso de Abdul, como por exemplo, as suas ações não estarem delimitadas dentro do recorte temporal estabelecido por Mbokolo para os Estados recentes – o autor faz referência a segunda metade do século XIX, enquanto que o régulo age no início do século XX. Ainda, a aliança com Portugal resulta numa diferença fundamental: as conquistas de Injai não resultam na formação de um império próprio, como ele provavelmente intencionava, e sim do Império português. Apesar disso, parece bastante plausível a associação entre as intenções de Abdul, com aquelas dos líderes dos impérios tardios do século XIX. Ainda, sua organização enquanto exército de mercenários – mesmo sendo sua atuação pró-administração portuguesa – se assemelha bastante aos exércitos de mercenários que eram contratados pelos líderes africanos do século XIX. Sobre esse aspecto, cabe ainda considerar um apontamento de Bowman sobre os homens que faziam parte do exército de Abdul:

---

<sup>18</sup> Ibid. p.297

His recruits came from Zinguichor, Sedhiou and Sine-Saloum in Senegal. These soldiers, described by Portuguese and French officials as *réfractaires*, *mercenaires*, *mécontents* and *déserteurs*, saw Njai's community in Oio as a refuge from pursuit in their home territory. Some of these warriors were deserters from the Senegalese *tirailleurs*, auxiliary troops the French used to fight 'pacification' campaigns in their own territories. Others were soldiers who fought in the 1890s with Musa Molo and Fode Kaba, two of the most powerful indigenous rulers in the region. These soldiers joined Njai, perhaps believing that he might represent the last chance to halt further extension of European political and economic control.<sup>19</sup>

Nessas regiões africanas (atuais Senegal e Guiné-Bissau) já havia uma integração considerável entre as populações, principalmente devido aos fluxos migratórios característicos desse espaço. Durante as campanhas europeias para a implantação do sistema colonial essa característica permanecerá - como nos é demonstrado por Bowman. Ainda, as informações trazidas sobre os homens de Abdul possibilitam-nos analisá-los sob uma perspectiva diferente do que a de simples mercenários. Para além das ações praticadas por eles na região do Oio, eles também haviam passado pelas invasões estrangeiras do processo colonial, e buscavam se afirmar no novo território.

É interessante ainda conhecer as considerações de Mbokolo sobre as transformações que ocorrem na África do século XIX. Elas têm como objetivo questionar a ideia de "crise", proposta por Basil Davidson. Esse último propunha que não era o imperialismo a origem da crise da África moderna, e sim a transição pelas quais as sociedades tradicionais africanas passaram ao longo do século XIX.<sup>20</sup> No entanto, Mbokolo nos apresenta o seguinte:

Dinamismo, vitalidade e recomposição, mais do que crise: tais são as lições deste quadro político que assim nos surge muito afastado das representações tenazes filhas da ideologia colonial (uma África

---

<sup>19</sup> "Seus recutas vieram de Zinguichor, Sédhiou e Sine-Saloum, no Senegal. Estes soldados, descrito por funcionários portugueses e franceses como *réfractaires*, *mercenaires*, *mécontents* e *déserteurs*, mostram a comunidade de Injai no Oio como um refúgio para a perseguição no seu território de origem. Alguns desses guerreiros eram desertores das *tirailleurs* senegaleses, tropas auxiliares franceses usadas para combater nas campanhas de "pacificação" em seus próprios territórios. Outros eram soldados que lutaram na década de 1890 com Musa Molo e Fode Kaba, dois dos mais poderosos governantes indígenas da região. Estes soldados se uniram a Injai, talvez acreditando que ele pode representar a última chance para deter uma maior extensão do controle político e económico europeu." BOWMAN, Joye L. Abdul Njai: Ally and Enemy of the Portuguese in Guinea-Bissau, 1895-1919. In: *The Journal of African History* Vol. 27, No. 3 (1986), pp. 463-479. p. 474. (tradução nossa)

<sup>20</sup> "Contudo, a crise da África moderna não começou com este novo imperialismo. Se é certo que, mais tarde, a invasão colonial trouxe desordem e confusão, os invasores não estiveram na origem do drama. Por volta de 1850, as companhias majestáticas ancestrais já começavam a desvalorizar-se" DAVIDSON, 1971 apud MBOKOLO, op. cit., p. 286.

mergulhada na estagnação, na barbárie, na divisão e nas guerras) e da ideologia nacionalista (uma África harmoniosa).<sup>21</sup>

Essa proposição nos parece bastante adequada, pois se por um lado faz uma releitura de ideia de “crise” e propõe a de “transição”, rompendo com a perspectiva inferiorizante sobre esses eventos históricos no continente; por outro busca a diversidade das sociedades africanas – inclusive não eximindo as situações de conflitos internos no continente -, o que está em concordância com a perspectiva do trabalho que aqui está sendo desenvolvido. Além disso, as transformações que acontecem, como por exemplo, o surgimento dos “Estados tardios” e o enfraquecimento das sociedades tradicionais, não deixam de ter influência das atividades econômicas que existiam no continente, em um movimento crescente de integração ao mercado mundial.<sup>22</sup> Ainda que não estivessem ligados diretamente à economia mundial, pois Portugal nem de perto representava uma potência econômica, as relações que se estabelecem na Guiné-Bissau pertencem a esse contexto: por um lado, ascensão de novos líderes regionais africanos e a conquista de um território para o seu Estado; por outro, os países europeus buscando estabelecer laços mais profundos e estáveis com as sociedades africanas, visto isso ser fundamental para a sua afirmação.

O colonialismo português na região da atual Guiné-Bissau apresenta grandes diferenças do colonialismo desenvolvido pelas potências econômicas da época (Inglaterra, França, Alemanha). No entanto, antes de entrar propriamente no sistema colonial português, é necessário o conhecimento sobre as transformações econômicas e políticas que ocorreram no ocidente, principalmente na Europa e nos Estados Unidos, e que deram origem a nova onda imperialista de fins do século XIX. Se a relação de exploração econômica portuguesa sobre Guiné não aconteceu da mesma forma que sobre Moçambique e Angola, e nas demais sociedades coloniais, a relação política entre portugueses e as populações da Guiné seguiam a mesma política imperialista: fortalecer as disputas locais, através do apoio de um grupo local escolhido, para enfraquecer a unidade africana em prol dos interesses da administração colonial.

---

<sup>21</sup> Ibid., p. 291.

<sup>22</sup> Na proposição de Basil Davidson, parece haver intenção de eximir a interferência europeia quanto a sua responsabilidade sobre origem da desestabilização das sociedades africanas.

## 1.2 TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS NO OCIDENTE E O IMPERIALISMO

O imperialismo dos séculos XIX e XX está inserido no contexto de transformações pelo qual o sistema capitalista mundial passou. Foi através dele que esse sistema econômico tomou dimensões mundiais, e faz parte da vida dos indivíduos do mundo todo até os dias atuais: “o imperialismo é a ampliação em escala mundial das relações de produção e de troca capitalista, operando-se essa ampliação, no início do século XX, sob a dominação dos capitalismo e das burguesias britânicas, alemãs, francesas, americanas...”<sup>23</sup>. Em fins do século XIX o imperialismo vai aparecer como uma das soluções para resolver o problema da estagnação econômica capitalista das principais potências europeias do período, e que fazia surgir o medo das convulsões sociais nas classes populares. Nesse novo imperialismo, além da busca de mercados para a exportação, de fontes de matérias-primas para a produção industrial, e da conquista de novos territórios para instalar o excedente populacional dos grandes centros urbanos, surge um novo elemento: o capital financeiro excedente que existia nos países desenvolvidos passou a ser investidos nas suas zonas de influência, como o objetivo do retorno produtivo e aumento de rendas (por exemplo, a construção de estradas ferroviárias que facilitavam o escoamento da exploração e a penetração das mercadorias industriais nos territórios mais profundos da África).

Inicialmente, os investimentos aconteciam no próprio continente europeu e Estados Unidos, o que possibilitou a alguns desses países atingirem o seu próprio desenvolvimento econômico – em fins do século XIX, EUA e Alemanha ultrapassam a primeira grande potência que era a Inglaterra<sup>24</sup>. No entanto, de maneira geral, esses investimentos resultavam na dependência econômica dos países menores, principalmente daqueles que não estavam no continente europeu. A localização no mundo ocidental garantia uma intervenção econômica bastante diferente do violento sistema colonial que foi implantado nos territórios africanos e asiáticos. Sobre a situação colonial, Balandier afirma:

Numerosos estudos insistem na discrepância entre os princípios sucessivamente apregoados e a prática, entre a ‘missão civilizadora’ [...] e a *utilidade* desejada que Eugène Étienne, ‘colonialista oriundo de Orão’, definiu em 1894, como ‘o conjunto das vantagens e dos lucros (de todos

---

<sup>23</sup> BEAUD, M. *História do capitalismo de 1500 aos nossos dias*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 235.

<sup>24</sup> *Ibid.*, p. 205.

os empreendimentos coloniais) que deverão reverter a favor da metrópole<sup>25</sup>

Para a aceitação da lógica de pensamento imperialista, variados foram os instrumentos ideológicos adotados: discursos e propagandas de exaltação do nacionalismo<sup>26</sup>, que convergiram para concepções de superioridade racial – atribuída a países de desenvolvimento econômico avançado -, que foram inescrupulosamente justificadas através de conceitos como da “missão civilizadora” e do “fardo do homem branco”:

El barbarismo no tiene ni puede tener un lugar en un mundo civilizado. Nuestro deber hacia el pueblo que vive en la barbarie impone que lo liberemos de sus cadenas; y podremos alcanzar ese objetivo solo si destruimos la propia barbarie. El misionero, el comerciante y el soldado desempeñan cada uno un cierto papel en esta obra de destrucción, y en la consiguiente elevación del pueblo.<sup>27</sup>

Essa contraposição ideológica do “nós-ocidentais-civilizados” usada pelas potências expansionistas para a dominação das sociedades africanas, asiáticas e orientais, em geral, servirá como mero argumento de legitimação teórica, ao compararmos às práticas bárbaras e violências características da política de expansão e submissão sobre os povos ditos atrasados. Além disso, as políticas necessárias para a expansão do capital financeiro resultaram na transformação dos ideais de nação, que desde a Revolução Francesa eram defendidos:

[a expansão do capital financeiro] se justifica ideologicamente por esa notable desviación de la idea nacional, que no reconoce ya el derecho de todas las naciones a la autodeterminación e independencia política, y que no es ya una expresión de la creencia democrática en la igualdad de todas las nacionalidades. Antes bien, se refleja la ventaja económica del monopolio en lugar preferente que debe asignarse a la nación propia. Esta aparece como superior a todas las demás.<sup>28</sup>

---

<sup>25</sup> BALANDIER, Georges. A situação colonial: uma abordagem teórica. *In*: SANCHES, Manuela Ribeiro Malhas que os impérios tecem. Lisboa: Ed. Cotovia, 2005. p. 224-225.

<sup>26</sup> “Tudo o que aqui ficar dito, desejo, ardentemente, por isso, que não seja considerado como elogio de uma glória individual, mas como a afirmação de uma força e de uma superioridade natural da Raça e da Nação, que realizou a ocupação da Guiné, usando de meios aparentemente tão frágeis que por outra Nação seriam considerados como absolutamente insuficientes e profícuos.” PINTO, op. cit., p. 8. Essa demonstração do nacionalismo português está registrada no prefácio do livro que reuniu os relatórios do comandante Teixeira Pinto, sobre as campanhas militares na Guiné; e foi escrita pelo filho do comandante.

<sup>27</sup> D’ELIA, German. Historia Contemporánea, El Imperialismo. Montevideo: Ediciones Banda Oriental, 1971. p. 102.

<sup>28</sup> HILFERDING, 1963 apud *ibid.*, 1971, p. 109.



Dessa forma, podemos perceber o grau de violência que essa nova política de expansão atingiu. O imperialismo que em determinado momento se apresentava como solução para a continuidade do desenvolvimento capitalista, será para o ocidente uma fase de atenuação das disputas entre as potências econômicas, que inevitavelmente terão seus conflitos reavivados a partir dos limites do próprio imperialismo – que culminará com a 1ª Guerra Mundial.

Se ao pensarmos o imperialismo nos países europeus e EUA compreendemos que ele está inserido no contexto de transformações econômicas capitalistas, ao nos voltarmos para a história da África percebemos o seu efeito devastador sobre as populações africanas. Independente da perspectiva que adotamos nesse caso, sobre de que maneira se deu a resistência entre as sociedades, é inegável a brutalidade que lhes atingiu. Se os colonizadores usaram o discurso de combate à barbárie para subjugar esses povos, em nenhum momento suas práticas podem ser vistas diferente do que seria a barbárie – seja através da violência física direta, seja através do incentivo à violência entre as populações locais. A missão civilizadora, se baseou em uma série de “pseudo-razões”:

a superioridade da raça branca, a incapacidade de os indígenas se governarem correctamente, o despotismo dos chefes tradicionais, a aparente tentação dos actuais líderes políticos para se constituírem em ‘facções ditatoriais’, a incapacidade de os indígenas capitalizarem os recursos naturais dos seus territórios, os escassos meios financeiros dos países coloniais, a necessidade de manter o prestígio<sup>29</sup>

Como já afirmado anteriormente, a depreciação das organizações sociais africanas, aos ocidentais serviu como justificativa teórica para a dominação. E para além de interferir de modo nocivo nessas sociedades, desrespeitando as culturas locais, comprovou a incoerência do seu discurso: longe de transformar os lugares dominados em espelho da metrópole, não promoveu o desenvolvimento econômico, a infraestrutura nas cidades, nem a concessão aos africanos dos mesmos direitos de cidadania que gozavam europeus. Sobre isso, cabe ainda a seguinte afirmação de De Deca:

nada mais equivocado do que utilizar o termo imperialismo como sinônimo de construção de impérios, porque, para que este termo tivesse alguma correspondência com a realidade, seria necessário que a nação promotora desse império estendesse as suas leis e suas instituições aos

---

<sup>29</sup> BALANDIER, op. cit., p. 225.

territórios anexados e tornasse os povos dessas regiões tão iguais em direitos quanto aqueles que vivem no território da nação-mãe.<sup>30</sup>

Dessa forma, e diante de todo o exposto até então, podemos fazer a afirmação de que o conceito de imperialismo extrapolou a relação política estabelecida entre metrópoles e colônias que existiu nos séculos anteriores, e adquiriu uma série de conotações relacionadas ao período de desenvolvimento capitalista. Passou a compreender, além das relações políticas próprias do sistema colonial, um conjunto de políticas e práticas de conotação racista sobre o continente africano e seus habitantes – que perduram até hoje-, e elementos econômicos característicos do desenvolvimento capitalista. Segundo Delia: “La época del imperialismo define así al sistema internacional político-económico que comienza a desarrollar-se en las últimas décadas del siglo pasado [XIX] y que se manifiesta todavía en un amplio sector del mundo”<sup>31</sup>.

Devido tamanho do continente africano, as mais diversas formas de organização social que nele existiam e os diferentes países que dele se apropriaram, os resultados do colonialismo também variaram. Da administração colonial mais ou menos efetiva, resultaram os logros do país explorador e a reação das sociedades locais. Muitos territórios foram entregues a vontade de aventureiros e comerciantes, que viam na exploração do continente, chances de enriquecimento. Sobre eles, poucas eram as regulamentações do estado, principalmente no que diz respeito às agressões contra os africanos. A partir dessa contextualização, podemos partir agora para as especificidades do colonialismo português.

### **1.3. RELAÇÕES ENTRE AS SOCIEDADES DA REGIÃO DA ATUAL GUINÉ-BISSAU E OS PORTUGUESES**

No século XIX houve o acirramento das relações entre portugueses e os territórios africanos. Apesar da presença portuguesa na região da atual Guiné-Bissau datar do século XV e Portugal ter por ela o sentimento de posse desde então, o domínio em termos práticos era quase inexistente. Nesse período anterior, as relações entre a Guiné e os portugueses se

---

<sup>30</sup> DE DECA. O colonialismo como a glória do império. In.: REIS Filho, D. A.; FERREIRA, J.; ZENHA, C. O Século XX. V. 1. O tempo das certezas: da formação do capitalismo à Primeira Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 157.

<sup>31</sup> D’ELIA, op. cit., p. 91.

davam, principalmente, por intermédio da colônia portuguesa de Cabo Verde – está já havia estabelecido laços mais estáveis com a metrópole, apesar de gozar de relativa autonomia<sup>32</sup>- e os interesses estavam voltados principalmente para o tráfico de escravos. Não só no caso português, mas também com os diferentes países que estabeleceram relação com a África, o que havia no início eram contatos mais regulares com as zonas litorâneas, enquanto que o sertão era praticamente desconhecido pelos governos ocidentais. Em geral, era explorado por aventureiros independentes.

No entanto, a partir do contexto de transformações econômicas apresentado, e consequentemente, do interesse para as terras que ainda estavam à margem do capitalismo, entre elas o continente africano no século XIX, os países europeus sentiram a necessidade de fortalecer o domínio sobre suas zonas de influência. Portugal que, assim como a Espanha, havia sido pioneira na expansão marítima de fins do século XV, nesse momento estava bastante aquém do desenvolvimento econômico atingido pelas principais potências. E isso teve reflexos sobre o estabelecimento do seu sistema colonial, que foi implantado de maneira bastante diferente em cada uma de suas colônias. Segundo Castro: “Portugal é ainda a terceira potência colonial do mundo pelo volume da população e pela superfície dos territórios ocupados, habitados por mais de 12 milhões de pessoas, vivendo quase todas no continente africano”<sup>33</sup>. Ainda: “A posição das colônias portuguesas entre as outras colônias africanas, no que diz respeito ao valor global das produções principais, é relativamente modesta, traduzindo um subdesenvolvimento econômico nítido, comparado com as outras regiões do continente.”<sup>34</sup>. Essas informações dizem respeito a meados do século XX<sup>35</sup>, e apesar da extensão territorial, percebemos que o desenvolvimento econômico português não lhe era condizente. De modo geral, os investimentos encaminhados ao continente africano por todas as potências imperialista foram bastante inferiores que aos demais destinos<sup>36</sup>. No entanto, “é evidente que estes valores eram manifestamente modestos, embora haja que os reportar às diferentes regiões, e não

---

<sup>32</sup> Essa relação entre as duas colônias se estenderá até fins do século XIX. Inclusive, no processo de independência de ambas, na metade do século XX, ela será retomada.

<sup>33</sup> CASTRO, Armando. O Sistema Colonial Português em África. Lisboa: Editorial Caminho, 1980.

<sup>34</sup> Ibid., p. 29-30.

<sup>35</sup> Apesar das informações trazidas por Castro serem sobre meados do século XX, e não do recorte temporal desse trabalho – que é fins do século XIX e início do XX -, elas auxiliam no entendimento do sistema colonial português desenvolvido na Guiné.

<sup>36</sup> “A África, juntamente com a Oceania, foi o parente pobre dos movimentos de capitais no mundo.” MBOKOLO, op. cit., p. 303.

traduzem, de modo nenhum, a amplidão e a violência da exploração de que a África foi vítima nos primeiros decênios da colonização europeia.”<sup>37</sup>

Ainda assim, Angola e Moçambique desempenhavam importante papel econômico dentro do sistema colonial português, principalmente por sua situação geográfica, que lhes dava condição de se integrarem ao comércio das outras colônias europeias. A Guiné-Bissau, no entanto, pouco contribuiu com o sistema colonial português no que diz respeito à produção econômica. Sobre essas relações, Carvalho afirma:

La política colonial en Guinea, así como en las demás colonias portuguesas, se desarrollaba según tres estrategias en relación con las poblaciones rurales: la recaudación del ‘impuesto de choza’, el reclutamiento de mano de obra y la apropiación de tierras atribuidas a los colonos para realizar explotaciones agrícolas destinadas al mercado. Aunque en este país el tercer elemento haya tenido un significado menor que en las demás colonias portuguesas, esta serie de decisiones eran entendidas por parte de la potencia colonizadora como un medio para obligar a la población autóctona a aceptar el sistema monetario y a entrar en la lógica de la economía de mercado que se trataba de imponer, y obtener así ingresos significativos en los territorios colonizados.<sup>38</sup>

Ao analisar os diferentes aspectos da estrutura econômica colonial portuguesa, no que diz respeito à exportação de capitais portugueses para África, Castro afirma que ainda na década de 50 do século XX, pouco eram os investimentos para a criação e desenvolvimento de empresas nos países dominados. Dessa forma, coexistiam elementos econômicos do imperialismo e formas mercantilistas de exploração, as pilhagens de tipo comercial. Dentro da Guiné-Bissau, o método de pilhagem que existia em meados do século XX,

consiste na apropriação de uma parte da produção agrícola pelo comércio local. Os seus principais intermediários são pequenos comerciantes disseminados pelo mato, praticando largamente a troca direta com os africanos, adquirindo as matérias-primas agrícolas e fornecendo-lhes os produtos manufacturados de largo consumo, segundo processos altamente espoliadores.<sup>39</sup>

Ao nos deparar com essa informação sobre a estrutura econômica do sistema colonial português na Guiné, é impossível não ser remetido aos relatórios do Comandante militar Teixeira Pinto. No prefácio do livro, o filho do comandante, exalta o fato de a

---

<sup>37</sup> Ibid., p. 303-304.

<sup>38</sup> CARVALHO, Clara. La legitimidad de la palabra: La historia de los réculos pos coloniales en Guinea Bissau. In: Revista CIDOB d'Àfers Internacionals. Barcelona, nº 87, 2009, pp. 17-38. p. 20.

<sup>39</sup> CASTRO, op. cit., p. 34.

ocupação ter sido realizada “sem o mais leve dispêndio de dinheiros da metrópole e sem qualquer expedição de tropas metropolitanas” e ainda “as campanhas coloniais, cujas despesas foram pagas com a simples ‘pacificação’ do território – no imediato ingresso de impostos indígenas”<sup>40</sup>. Isso nos faz perceber o quão pouco foi investido na Guiné, desde as expedições militares de fins do século XIX. E ainda, nos remete a uma das questões que permeiam o levante de Abdul Injai em 1919: a cobrança de impostos sobre as moradias.<sup>41</sup>

Sobre a produção, Castro afirma: “As principais atividades agrícolas concentram-se, sobretudo no litoral, e as regiões mais cultivadas são as de Mansoa, Bafatá, Bolama, São Domingos, Gabu e Fulacunda”<sup>42</sup> e ainda: “As principais regiões produtoras de arroz são Catió, Mansoa, Fulacunda e Tombali, que dão, no conjunto, mais de 80% da produção total”<sup>43</sup>. O confronto armado final do levante acontece no território cuja responsabilidade era do posto militar de Mansabá – integrante da circunscrição do Oio, onde Abdul era régulo -, região onde estava instalada a tabanca de guerra resistente. Em um relatório de prestação de contas ao governador da província da Guiné, após conversa com o mesmo e análise sobre o território, Teixeira Pinto afirma: “resultou o meu desejo de ocupar as regiões de Mansoa e Oio, porque, ocupadas elas, essa ocupação traria ótimos efeitos para a economia e desenvolvimento da província...”.<sup>44</sup> Ao considerarmos essas informações, podemos perceber o quão importante foi essa região para os portugueses, seja porque reconheciam nela um terreno adequado para a produção agrícola<sup>45</sup>, seja por estar localizada na região central da Guiné. Ainda, ao considerar o processo de ‘pacificação’ do Oio, podemos perceber que esta era uma região bastante cara aos portugueses, simbolicamente. Sua conquista havia sido das mais difíceis, chegando a dar origem ao “mito de invencibilidade do gentio do Oio”<sup>46</sup>. Assim, a existência de um régulo que demonstrou não respeitar a administração colonial após as guerras de ocupação e que tinha um exército forte, representava uma ameaça ao domínio português.

---

<sup>40</sup> PINTO, op. cit., p. 11.

<sup>41</sup> No momento de tensão da relação entre o régulo e administração colonial, umas das exigências feitas pelo primeiro para entregar suas armas, era de que recebesse 10% sobre os impostos de palhota cobrados dos povos da região.

<sup>42</sup> CASTRO, op. cit., p. 346.

<sup>43</sup> Ibid., p. 347.

<sup>44</sup> PINTO, op. cit., p. 31.

<sup>45</sup> Nos relatórios da Campanha contra Abdul, existe referência há uma plantação de milho existente próxima ao posto militar.

<sup>46</sup> MENDY, Peter. *Colonialismo Português em África: A Tradição de Resistência na Guiné-Bissau (1879-1959)*. Lisboa: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, 1994. p.195.

Sobre as relações diplomáticas dentro do território africano, devemos ainda considerar o seguinte: “Um dos aspectos mais importantes da vida econômica e social desta colônia resulta dos laços estreitos, que são também laços de dependência econômica, com os países da antiga África Ocidental Francesa e da República da Guiné.”<sup>47</sup>. Essa característica está presente também na Guiné-Bissau do início do século XX – não apenas entre os povos locais, mas também entre os países que empreenderam a conquista nesses territórios, como já tratado anteriormente. Até o Tratado de Paris de 1986, firmado entre Portugal e França, responsável pela demarcação e divisão desses territórios – tão arbitrária, autoritária e desestruturante para os povos que ali viviam, quanto haviam sido todas as outras em África -, a Guiné sofria constante assédio das forças Francesas. Ao reconhecermos o subdesenvolvimento econômico de Portugal, é impossível deixar de atribuir, ao menos em parte, a manutenção da Guiné sob seus domínios à sua histórica aliança com a Inglaterra – que preferia isso, ao aumento de territórios da França, que representava uma forte concorrente econômica. Além do tratado político de divisão, a garantia de “tutela” exigia a ocupação do território, segundo constava na Conferência de Berlim de 1885.

Uma coisa era vangloriar-se de ter estado presente na Guiné durante séculos e outra, muito diferente, era reivindicar a ocupação efetiva do território, Portugal, como todos os outros aspirantes ao poder colonial em África, tinha de provar que o território reivindicado estava efetivamente sob o seu controlo.<sup>48</sup>

Apesar dos tratados sobre os territórios da Guiné não terem sido firmados na Conferência de Berlim, ela regulou de maneira geral, as relações imperialistas – que na prática, já aconteciam desde antes de 1885. Assim sendo, a relação entre Portugal e os diversos povos que habitavam a região da Guiné, antes mediada pelos cabo-verdianos passa por transformações: “Embora marginal, a presença estrangeira – europeia e árabe – era mais ou menos antiga, segundo os lugares, espalhando influências econômicas, políticas, religiosas e culturais. Mas na sua grande maioria, os africanos eram independentes”<sup>49</sup>. As características dessa transformação indicada por Mbokolo podem ser adiantadas, no caso português, para meados do século XIX – o recorte temporal do autor é de 1880-1910 -, pois é quando terão início na região da Guiné as missões militares de

---

<sup>47</sup> CASTRO, op. cit., p. 357.

<sup>48</sup> MENDY, op. cit., p. 153.

<sup>49</sup> MBOKOLO, op. cit., p. 285.

confronto com os povos locais – sendo o primeiro mais significativo, a guerra de Bissau em 1944. Segundo Pelissier:

A Guiné, entre 1841 e 1936, foi uma terra de violência, não ‘permanente’ como em Angola, mas repetitiva e de uma intensidade que não foi igualada nos territórios de extensão comparável na África Ocidental [...] Com 81 campanhas, expedições ou simples operações que envolveram um mínimo de 8444 soldados regulares e 42500 guerreiros e auxiliares alistados do lado português, para consolidar uma colonização que, até ao começo do século XX, não sabia se não teria de fazer as malas e pôr-se a andar<sup>50</sup>

A resistência diante dessas missões militares do século XIX, não é o objeto direto deste trabalho. No entanto, elas pertencem ao contexto de oposição à implantação do sistema colonial português, que tangencia as primeiras aparições de Abdul. Dessa forma, são a representação do quão resistente foram os povos da região da Guiné – resistência com diferentes graus de intensidade, com variações de uma sociedade para outra -, e lhes atribui o papel de agentes da sua própria história.

Até o início do século XX, grande era a instabilidade da dominação portuguesa sobre essa região, seja pela forte oposição das sociedades locais, seja pela carência de recursos portugueses para investir na ofensiva. E é nesse momento, que as alianças entre administração colonial e líderes africanos serão decisivas para a consolidação do domínio - o uso de auxiliares já “era prática normal dos portugueses”<sup>51</sup>, o que é comprovado pelo número de soldados *auxiliares*<sup>52</sup>, apresentados na citação acima. Segundo Mbokolo: “Do lado africano, o princípio da ocupação efectiva levou os Estados europeus a assinar o maior numero possível de tratados com os reis e chefes dos territórios que cobiçavam”<sup>53</sup>. Ainda, devemos considerar a seguinte informação prestada por Lima – oficial responsável pela campanha contra Abdul:

Pelo relatório do alferes Pedro Vilas Boas terá V. Ex<sup>a</sup>. ocasião de ver o desfecho de todos esses acontecimentos que levaram as nossas armas a uma vitória completa, levantando assim o prestígio das nossas tropas regulares que, pelo facto das últimas campanhas terem sido feitas quasi

---

<sup>50</sup> PELISSIÉR, René. História da Guiné, portugueses e africanos na Senegâmbia (1841-1936). Lisboa: Editorial Estampa, 1989. Volume I, p. 24-25.

<sup>51</sup> MENDY, op. cit., p. 202.

<sup>52</sup> Soldados auxiliares: pessoas dos povos locais que se alistaram nas tropas portuguesas.

<sup>53</sup> MBOKOLO, op. cit., p. 315.

exclusivamente com irregulares, eram considerados por estes como elemento de pouca monta.<sup>54</sup>

Essa valorização dos soldados regulares (portugueses) é feita após a derrota das forças de Abdul Injai, e demonstra o quão fraco e insuficiente eram as tropas da administração colonial no período anterior, e o grau de atuação dos soldados africanos, principalmente nas campanhas ditas de “pacificação”. É nesse contexto de insuficiência de forças portuguesas e alianças que se encaixa a primeira fase de atuação de Abdul Injai.

Ao ler os relatórios de Teixeira Pinto, sabe-se que Abdul já havia atuado ao lado dos portugueses em outras situações, pois é o Governador da Província da Guiné quem recomenda ao comandante a aliança com o régulo: “ali falei com o chefe de guerra Abdul Injai, que V Ex.<sup>a</sup> por várias vezes me indicara como homem valente, e observei vários chefes, seus subordinados, ficando com convicção de que era gente subordinada e arrojada...”<sup>55</sup>. Obtemos a confirmação dessa informação, num artigo publicado no BCGP sobre Abdul Injai:

Outro interregno e aparece Abdul Injai como régulo do Cuor, onde se encontrava quando Teixeira Pinto, disfarçado em inspector de uma casa francesa, fez o reconhecimento dos territórios para o plano da campanha. Parece que o governador Muzanty, procurando esquecer o seu passado e reconhecendo as suas qualidades aproveitáveis, numa época em que não abundavam homens fiéis, entre os indígenas, viu nele, com razão, um futuro chefe de guerra e destemido auxiliar, fazendo-o chefe daquela região.<sup>56</sup>

Como já explicado anteriormente, não é objetivo desse trabalho analisar com profundidade as campanhas de ocupação da região, e sim valer-se dos elementos de maior associação com o levante de 1919, principalmente aqueles que demonstram as atuações portuguesas que incitaram as disputas entre os próprios africanos.

Um desses elementos é a resistência representada pelos povos locais: soninquenses, balantas, grumetes, beafadas, papéis, manjacos etc. na ofensiva portuguesa de 1913, que é relatada por Teixeira Pinto. Nos relatórios portugueses sobre a campanha de 1919, veremos indivíduos desses mesmos povos fazendo reclamações à administração portuguesa contra

---

<sup>54</sup> “Relatório apresentado pelo comandante militar das regiões de Farim, Balantas e Bissoram, capitão Augusto José de Lima Junior, sobre as operações realizadas no Oio, contra o régulo Abdul Injai” In: BCGP, op. cit., p. 70.

<sup>55</sup> PINTO, op. cit., p. 32.

<sup>56</sup> NOGUEIRA, Amadeu. “Figuras da ocupação: Abdu Injai”, BCGP, op. cit., p. 55.



Abdul e ainda compondo as tropas coloniais contra a insubordinação do régulo. Essa inversão de lados é devidamente apropriada pela administração portuguesa, que se dispõe como protetora dos povos diante das ações de Abdul. O relato do administrador da circunscrição de Farim, Caetano Barbosa, nos demonstra isso:

na minha primeira visita a Mansabá, onde se encontravam os grandes, os chefes e o régulo Abdul, depois de lhes fazer conhecer a minha norma de administrar, indaguei se tinham alguma queixa a apresentar. A resposta foi um ‘não’... geral. Vi que era incapazes de falar na presença de Abdul e por isso pareceu me conveniente dizer na presença de todos que o régulo não podia aplicar multas, fazer exigências nem obrigar a trabalhar nas suas lavouras. Que só a Administração poderia aplicar multas e, quanto a trabalhos, só os do governo eram obrigatórios<sup>57</sup>

Ainda ao comparar os dois momentos da relação entre a administração colonial portuguesa e Abdul Injai, podemos perceber claramente a política indigenista do imperialismo, que consiste em “dividir amplamente para reinar facilmente”<sup>58</sup>. Assim, no primeiro momento, a aliança com Abdul foi de grande valia, e nos relatórios de Teixeira Pinto, estão tecidos os mais valorosos elogios a Abdul Injai e seus chefes de guerra. Sobre esses últimos foi dito o seguinte:

O serviço dos irregulares debaixo das ordens do Abdul Injai foi sempre esplêndido; valentes, sóbrios e muito disciplinados, não posso deixar de apontar entre eles, Samba Iy, Bacari Suncaro, Malali Sissé, Cherne Gibi, Ali D’Jae, Mamadú Sissé, Mamadú D’jaló, Mutaro D’jaló e Malam Baio, pela sua bravura e pela maneira como sempre desempenharam os serviços de que foram encarregados.<sup>59</sup>

E sobre Abdul:

Dos irregulares salienta-se no primeiro plano Abdul Injai. É um chefe de guerra completo. Atencioso, enérgico, com magnífico golpe de vista e sobretudo muito valente. Em todos os combates foi de uma coragem e valentia acima de tudo que se possa dizer e como êle continua no Oio com gente sua sempre à disposição do Govêrno, que conta nele um auxiliar dedicado, proponho para êle as recompensas que inclúo na relacção de propostas<sup>60</sup>

---

<sup>57</sup> “Relatório do administrador da Circunscrição Civil de Farim à cerca do régulo do Oio, Abdul Injai” In: BCGP, op. cit., p. 92-93.

<sup>58</sup> MBOKOLO, op. cit., p. 324.

<sup>59</sup> PINTO, op. cit., p. 42.

<sup>60</sup> Ibid., p. 56.

Além de um vencimento em moeda corrente, Teixeira Pinto irá propor o lugar de chefe indígena<sup>61</sup> da região do Oio, como recompensa aos serviços de Abdul Injai. Inclusive, Carvalho nos diz: “El regulado [do Oio] fue creado por los portugueses para Abdul Injai”<sup>62</sup>. No entanto, nos relatórios militares de 1919, às referências a Abdul e seus chefes de guerra aparecem completamente opostas aos elogios acima:

Parecendo, a quem o ouve e não o conheça, um homem sério, cheio de carradas de razão, é um mentiroso vulgar, falho de inteligência para reconhecer nos outros a desconfiança das contradições em que a cada passo se deixa cair. Vaidoso até no gesto, tem a mania das grandezas e do mando [...] Rodeado de uma quadrilha de bandidos, afeitos à pilhagem e banditismo, que mais o envaideciam, supôs-se sempre o senhor do Oio, não havendo forças do governo da Guiné capazes de o vencer<sup>63</sup>

O que justifica que no primeiro momento que a coragem e valentia de Abdul tenha sido razão de tanto prestígio, enquanto que no segundo momento ela tenha se transformado em “mania das grandezas e do mando”? Considerando os interesses do sistema colonial, fica bastante evidente a mudança de postura da administração colonial portuguesa diante do régulo. No momento em que seus serviços militares lhe eram útil, ele gozou de diversos privilégios, inclusive da ausência de repreensão no que diz respeito à violência usada para a subordinação dos povos da Guiné. No entanto, após a “pacificação” do território, já não era mais conveniente à administração colonial, um régulo com tantos poderes. Não só não era conveniente, como representava uma ameaça à estabilidade do domínio. Segundo Carvalho, os régulos que “nombraban en cada aldea a los responsables de la recaudación del impuesto, de la obligación de trabajos forçados, o de la entrega, en los puestos administrativos, de los productos agrícolas destinados al mercado.”<sup>64</sup>. As ações de Abdul enquanto régulo não estavam nem um pouco de acordo com a intermediação entre povo e administração colonial que ele deveria representar. Caetano Barbosa, já citado anteriormente, é autor de um dos relatórios que integram os documentos sobre a Campanha

---

<sup>61</sup> A palavra “indígena”, que tantas vezes aparece nesse trabalho – muito mais nas citações, que na nossa produção própria – trás consigo a conotação de oposição aos indivíduos civilizados, característica do período colonial. Discordamos completamente dessa caracterização. Como opção, de maneira geral, utilizamos a expressão “povos locais” ou “sociedades locais”. Nesse caso, no entanto, por se tratar de um cargo atribuído pelos representantes portugueses mantivemos a palavra “indígena”. Para uma melhor adequação, poderíamos substituí-la por “chefe local”.

<sup>62</sup> CARVALHO, art. cit., p. 29.

<sup>63</sup> “Relatório do comandante do Posto Militar de Mansabá. – Combate dos dias 1 e 2 de Agosto de 1919, com o Régulo do Oio, Abdul Injai, e suas consequências” In: BCGP, op. cit., p. 83.

<sup>64</sup> CARVALHO, art. cit., p. 21.

contra Abdul. Seu relato trás uma série de documentos que haviam sido remetidos ao governador da Província, denunciando as arbitrariedades de Abdul – que a partir dos interesses desse momento não podiam mais ser consentidas. Entre elas, vamos destacar o documento nº 47, de 1915:

Ação Abdul região Oio tem sido a mais prejudicial para a nossa política indígena riqueza aquela região e sôbre tudo para nosso prestígio perante indígenas ponto Conseguiu um política de domínio pessoal por terror procurando convencer indígenas que *só êle os submeteu* ponto Sua autoridade e prestígio são enormes porque tem feito desde submissão Oio o que tem querido praticando maiores crimes e abusos obtendo sempre impunidade o que mais faz convencer não só os indígenas do Oio como os de outra região que êle é senhor absoluto. [...] Tem feito grandes lavouras com exigência braço indígenas ponto Se continuar assim no Oio e mais região batida fôrças irregulares disporá querendo de grande força e prestígio para um levantamento todos povos mais selvagens ponto Julgo-o um bandido capaz de muito mais<sup>65</sup>

Nesta denúncia está evidente o temor de Barbosa com relação ao poder de Abdul: a sua interferência na relação entre portugueses e os demais povos diminuía o efetivo controle sobre a região; e o medo da união das sociedades locais e sua insubordinação sob o comando do régulo contra a administração colonial. Quando o administrador relata que o rebelde estava convencendo a gente local de que somente ele os havia submetido, podemos perceber uma estratégia do régulo para firmar seu poder sobre a região. Diante das ações violentas de Abdul, como roubos e ameaças, a administração portuguesa fortalecerá a nova política indigenista na região: como as sociedades guineenses não precisavam mais ser combatidas, elas podiam agora usufruir da proteção oferecida pela administração colonial. A política indigenista de pacificação havia sido tão eficiente, que ao se aliar com um chefe de guerra local logrou com a discórdia entre os africanos, inclusive se valendo dessa discórdia para eliminar a ameaça ao seu domínio. Essa inversão foi umas das principais características da política imperialista em África.

Cabe ainda, uma última observação no mínimo curiosa: após o levante de 1919, e a garantia da estabilidade do sistema colonial, novamente elogios foram tecidos ao régulo por parte dos portugueses. No livro de 1936, o filho de Teixeira Pinto, ao mencionar os serviços de Abdul, afirma que ele “merece ficar na história da expansão portuguesa como

---

<sup>65</sup> “Relatório do administrador da Circunscrição Civil de Farim à cerca do régulo do Oio, Abdul Injai” In: BCGP, op. cit., p. 124-125. (grifo nosso)

um herói”<sup>66</sup>. Ainda, o artigo de 1949 sobre Abdul, é iniciado com as seguintes palavras: “Antes da narração, quero dizer que não pretendo discutir a figura de Abdul Injai – um dos heróis da ocupação da Guiné – e menos ainda diminuir sua personalidade.”<sup>67</sup>. Ao dizer isso, Nogueira demonstra respeito por Abdul. Mais do que isso, ao longo desse documento ele irá atribuir características que justificariam as ações de Abdul: temperamento aventureiro e provada valentia, guerreiro destemido, quando criança já era um valentão e sabia cativar os líderes locais dos povos da Guiné – essas últimas segundo relato do velho mandinga. Ele chega, inclusive, a atribuir o levante de Abdul, aos maus conselhos de seus homens:

Os que o rodeavam, muitos dos quais nascidos em território estrangeiro, verdadeiras aves de rapina, aconselhavam a não se submeter inteiramente e procuravam convencê-lo que seus homens, agora bem adestrados na guerra sairiam vencedores mesmo que combatessem com as tropas portuguesas<sup>68</sup>

Esse apreço à Abdul, por parte de Nogueira - que parece querer atenuar a situação do régulo – é publicado no Boletim Cultural dois anos antes dos “Documentos sobre a campanha contra Abdul Injai” – onde ele é completamente desmoralizado. Não sabemos se após as caracterizações depreciativas dos relatórios da campanha de 1919, Nogueira mudou de postura quanto à representação de Abdul. De modo geral, parece que existiam posturas completamente opostas sobre a imagem desse antigo aliado entre os representantes portugueses.

A partir da observação desses elementos de transformação nos continentes europeu e africano, num contexto mais geral; e que resultaram nas transformações na relação entre a administração portuguesa e os povos da Guiné podemos partir para o segundo capítulo. Nele, analisaremos mais particularmente as ações de Abdul diante do sistema colonial imposto, e suas reações às mudanças através de diferentes formas de resistência – que, juntamente com a mudança da postura portuguesa, lhe renderam as mais depreciativas caracterizações – e que culminaram no levante de 1919.

---

<sup>66</sup> PINTO, op. cit., p. 12.

<sup>67</sup> NOGUEIRA, Amadeu. art. cit., p. 49.

<sup>68</sup> Ibid., p. 56.

## 2. AS RESISTÊNCIAS DE ABDUL DE INJAI

Abdul Injai é um personagem bastante destoante na história da resistência guineense: de origem wolof senegalesa, se aventurou na Guiné em fins do século XIX. As poucas informações que temos sobre sua vida, anterior à aliança com Teixeira Pinto, são aquelas descritas no artigo de Nogueira: vivera em povoados do Senegal, onde em geral, atuou como comerciante. No entanto, por causa de seus “gastos exagerados – gostava de ostentar riqueza e cobiçava quantas mulheres bonitas encontrava”<sup>69</sup> acumulou dívidas e fugiu para Zinguichor. Dali partiu para Dakar e depois se aventurou no território guineense, conquistando líderes locais e vivendo sob sua proteção. Andarilhou por diversas regiões da Guiné, e a última que se teve registro, antes das alianças com os portugueses, foi no Gabu, onde conquistou a proteção de um líder fula. Ali passou a viver de roubo e venda de gado, já agindo sobre a região do Oio.<sup>70</sup> No início dos anos 1900 são registradas suas primeiras relações com os portugueses: com o armamento fornecido, promove a cobrança de impostos entre povos soninquês – tirando proveito em favor seu e de seus homens nesses povoados; em 1904 vai ser responsável pela derrubada de um líder local balanta resistente – por ser um chefe de guerra de um exército de mercenários, Abdul se beneficiava com o saque do lugar batido, e conseqüentemente, ao derrubar a liderança local, favorecia os portugueses. Apoiado pelos soldados que recrutava, passou a ter mais influência na região, pilhando diferentes povoados. Ao atacar casas francesas na região de fronteira, foi denunciado, preso e deportado para São Tomé, por ordem do governador português da época, Muzanty. O mesmo governador, menos de dois anos depois, irá perdoá-lo. Após seu regresso da deportação, Abdul, aliado às forças portuguesas, participa das campanhas portuguesas de subordinação. Devido a sua atuação contra os balantas em 1908 recebe o título de régulo do Cuor, e o título de régulo do Oio em 1915. Esse último foi fortemente recomendado pelo comandante militar Teixeira Pinto: “Para o chefe dos

---

<sup>69</sup> NOGUEIRA, Amadeu. art. cit., p. 50.

<sup>70</sup> Por serem informações baseadas em um relato, e considerando que naquele período não existiam elementos de análise sobre fontes orais, não sabemos ao certo até onde essas informações foram distorcidas. No entanto, a partir delas podemos ter uma noção geral sobre a vida de Abdul. As informações seguintes são baseadas em: PELISSIÉR, René. História da Guiné, portugueses e africanos na Senegâmbia (1841-1936). Lisboa: Editorial Estampa, 1989, volume II.

irregulares Abdul Injai o lugar de chefe indígena da região do Oio e o posto de tenente de 2ª linha, com vencimento correspondente”<sup>71</sup> Sobre a relação entre régulos nomeados e as populações locais, Carvalho no diz o seguinte:

se designó a personas que gozaban de la confianza de la administración colonial, en particular los intérpretes locales o los miembros del ejército colonial de origen local [...] Esta política de nombramiento de régulos y de apoyo a los candidatos elegidos fue en general mal aceptada por las poblaciones locales, las cuales no respectaban a estas figuras”<sup>72</sup>

Além de não possuir aceitação por parte das sociedades locais, Abdul ainda passará a ter problemas com a administração colonial. Se inicialmente os portugueses lhe concederam os títulos pela lealdade que Abdul parecia ter, com o passar do tempo, vão perceber que Abdul não havia *colaborado*<sup>73</sup> com a administração portuguesa, e sim, agido a favor de seus interesses e dos seus homens. Ao não se enquadrar nas obrigações limitadoras da condição de seu título, continuou agindo como senhor das regiões onde era régulo, e aquelas em seu entorno, desrespeitando a autoridade portuguesa que lhe era cobrada. Ao perceber a quão limitadora era a condição de régulo e o dever de submissão, pois suas ações passaram a ser censuradas – ações que até então eram permitidas, ou toleradas –, Abdul passa a confrontar a autoridade portuguesa. Essa instabilidade na região do Oio culminou com o confronto de julho de 1919: uma das tantas resistências armadas ao sistema colonial português – que só cessariam após o processo de independência na Guiné, nas décadas de 60 e 70. Nesse momento, Abdul e seus homens lutaram em prol de sua autonomia contra o sistema colonial

## 2.1 GUINÉ-BISSAU, TERRA DE RESISTÊNCIA

*A situação colonial* coloca problemas ao povo submetido que reage a estes problemas de acordo com a margem de ‘jogo’ que é concedida à administração que representa a nação, por assim dizer, tutelar (defendendo os interesses locais desta última) e ao Estado recém-criado sobre o qual pesa todo um passivo colonial.<sup>74</sup>

---

<sup>71</sup> PINTO, op. cit., p. 90.

<sup>72</sup> CARVALHO, art. cit., p. 23.

<sup>73</sup> Esse termo será discutido mais adiante.

<sup>74</sup> BALANDIER, op. cit., p. 219.

Ao pensar nas relações estabelecidas entre os povos da região da atual Guiné-Bissau e administração colonial portuguesa, a reação de resistência por parte dos primeiros é inegável. De maneira mais abrangente, a resistência é característica inerente de qualquer sistema de colonização em África. Ela só não existirá, se na sua análise não for considerada uma das partes desse sistema: os dominados, pois estes tendem sempre a criar meios de resistência, o que Scott denomina de *infrapolítica de los desvalidos*.<sup>75</sup> A ausência histórica desses personagens é característica da primeira corrente da historiografia africana, escrita apenas pelos colonizadores, e que tinha por objetivo principal enaltecer a empreitada colonial e seus agentes. Comumente alheios às particularidades de cada sociedade e região do continente – no máximo, a busca de informações sobre o território africano tinha como objetivo o reconhecimento para a exploração -, essa postura implicava na condição de passividade dos africanos diante das suas próprias histórias. Mais do que isso: as características dessas sociedades foram usadas como justificativa para as arbitrariedades coloniais às quais foram submetidas e resultaram na inocência dos colonizadores.

Ao considerar as reações dos grupos subordinados à dominação estamos garantindo a busca de uma perspectiva – o máximo possível – africana para o enriquecimento de suas histórias, através da complexidade que lhes é inerente. Após quatro séculos de contato com o continente africano, e nesse caso, a região da Guiné, a dominação portuguesa efetiva nunca tinha atingido êxito. No máximo, algumas relações de interesse comercial, entre líderes locais e representantes portugueses; e onde os primeiros mantinham sua autonomia e poder dentro da sua região de influência. Apenas após as transformações econômicas no mundo europeu e as práticas imperialistas é que lograra a instalação do sistema colonial. Todavia, como foi no caso do Guiné, a resistência dos povos da região foi tão feroz, que as ofensivas portuguesas levaram quase um século para conseguir estabelecer postos de controle em toda a região. Sobre isso, Mendy afirma:

As campanhas de ‘pacificação’, que antecederam a Conferência de Berlim até agora estavam mais crivadas de tragédias do que triunfos. Os ‘gentios’ que recusavam firmemente ser subjugados, obviamente não agiam em conformidade com as declarações de Berlim (as quais

---

<sup>75</sup> Por esse termo, o autor compreende os comportamentos de insubordinação dos dominados que não oferecem um confronto direto aos dominadores: “Yo postulo que a los grupos que carecen de poder les interesa, mientras no recurren a una verdadera rebelión, conspirar para reforzar las apariencias hegemónicas”. SCOTT, James. Los dominados y el arte de la resistencia. México: Ediciones Era, 2000. p.21.

desconheciam totalmente), mas reagiam sim a centenária postura imperialista dos portugueses<sup>76</sup>

Mesmo após a conquista e instalação portuguesa na Guiné, a resistência não foi vencida. Sobre as características da sociedade guineense de metade do século XIX, Castro nos diz:

O espírito de resistência aos colonialistas é visível ainda em exemplos relativos a alguns produtos alimentares. A população europeia experimenta sérias dificuldades para obter certos gêneros alimentícios, tais como os legumes e os ovos, porque os produtores não fornecem os mercados. Dado o pequeno número de habitantes alienígenas, a agricultura local, apesar de orientada para o autoconsumo, seria susceptível de assegurar esse abastecimento. Se não se passa assim, é devido à resistência dos guinéus em lhes vender esses produtos. É a razão pela qual uma parte dos produtos consumidos vem das ilhas de Cabo Verde, e outra é obtida pela força pelas autoridades que se dirigem às povoações a fim de obrigar os nativos a vender os produtos de que têm necessidade.<sup>77</sup>

Assim sendo, podemos fazer a afirmação de que por mais cruel que tenha sido a exploração em África, é impossível pensarmos em uma dominação efetiva com a aceitação por parte dos africanos da sua condição de dominados. As guerras de libertação e a busca da perspectiva intelectual africana, ambas da segunda metade do século XX são uma demonstração de que muitas sociedades africanas nunca se conformaram com a situação de tutelados, imposta pelos países ocidentais. Além de ser fundamental considerar a agência dos povos locais para perceber as resistências ao sistema colonial, não podemos nos deixar levar por uma visão simplista sobre as formas de resistência. Assim como o exemplo de Castro, elas podem ser muito mais complexas que o óbvio confronto armado. A falta de percepção a cerca da complexidade dessas relações, pode nos fazer incorrer muitas vezes numa visão superficial do que são as formas de resistência. Há que se considerar ainda, a seguinte afirmação de Scott:

Los efectos de las relaciones de poder se manifiestan con mayor claridad precisamente en este ámbito público; por ello, lo más probable es que cualquier análisis basado exclusivamente en el discurso público llegue a la conclusión de que los grupos subordinados aceptan los términos de su subordinación y de que participan voluntariamente, y hasta con entusiasmo en esa subordinación.<sup>78</sup>

---

<sup>76</sup> MENDY, op. cit. p. 196.

<sup>77</sup> Ibid., p. 366.

<sup>78</sup> SCOTT, op. cit., p. 27.



Muitas vezes a visão produzida sobre Abdul Injai e seus homens considerou apenas o seu *discurso público*, e por isso lhe atribuiu o papel de vilão dentro da História da Guiné. Até então, não se tinha pensado a sua aliança com os portugueses enquanto forma de resistência<sup>79</sup>. No entanto, ao estudar o levante de 1919, podemos perceber o primeiro momento de atuação de Abdul Injai e seus homens como uma forma de resistência não belicosa contra a administração colonial. Devido à condição marginal daqueles homens que o seguiam, a organização desse líder se apresentava como uma forma de reinserção em um grupo social, pois muitos deles tinham como origem povoações que foram desintegradas pelas ações coloniais portuguesas e francesas. Para que essa análise seja possível, precisamos fazer algumas considerações a cerca dos conceitos de discurso público e discurso oculto.

## 2.2 OS DISCURSOS POLÍTICOS DE ABDUL INJAI

Ao fazer a análise de diferentes contextos históricos, onde as relações de poder e uma forte opressão sobre determinados grupos assumem papel preponderante – ou contextos fictícios baseados em características históricas –, Scott busca compreender os elementos que compõe esse jogo de poder, seus porquês e suas consequências. Apesar de não tratar propriamente da situação do sistema colonial na Guiné – o mais próximo disto, é o sistema colonial britânico implantado na Birmânia –, e de algumas diferenças a serem consideradas, os discursos público e oculto estão na base dessas análises, e nos são bastante úteis para estudar a história de resistência da Guiné-Bissau, e mais precisamente as atuações de Abdul Injai e sua gente: “El discurso público, es, para decirlo sin rodeos, el autorretrato de las élites dominantes donde éstas aparecen como quieren verse a sí mismas.”<sup>80</sup> Mais do que isso: o discurso público serve tanto aos interesses dos dominados, quanto dos dominadores; os dois grupos possuem discursos públicos e ocultos próprios que

---

<sup>79</sup> Pelissier afirma: “O ano de 1919 não é daqueles que marcam uma data na história da resistência da Guiné. Salvo se considerar que os vencidos de 1913-1915 vão ter uma desforra indirecta sobre os seu pior inimigo. Soninquês, Balantas, Manjacos, Papéis, grumetes e antigos membros da defunta Liga Guineense têm, efectivamente, todo o motivo para considerar 1919 como um ano fasto, porque seu carrasco, Abdul Injai, vai ser, por sua vez, derrubado do seu regulado do Oio. De facto, *apenas as autoridades coloniais sairão vitoriosas deste embate* com um aliado que se tornou um tanto incómodo de mais, arrogante e exigente.” PELISSIÉR, op. cit., p. 190, Vol. II. (grifo nosso)

<sup>80</sup> SCOTT, op. cit., p. 12.

lhes são necessários. Já o discurso oculto é “la conducta ‘fuera de escena’, más allá de la observación directa de los detentadores de poder [...] las manifestaciones lingüísticas, gestuales y prácticas que confirman, contradicen o tergiversan lo que aparece en el discurso público”.

Para utilizar os conceitos de Scott, devemos considerar dois diferentes aspectos entre as situações por ele analisadas e o caso do nosso protagonista: primeiro, nas situações originais, o sentimento de resistência é algo comum entre determinado grupo oprimido. O discurso oculto destes é em grande parte fortalecido pela questão da coletividade. Já no caso de Abdul e de seus seguidores, a identidade comum está relacionada ao fato de serem indivíduos que foram forçados a migrar de suas comunidades origem – apesar de alguns professarem sua fé no Islã, isso não foi um elemento tão relevante nesse caso<sup>81</sup>. O outro aspecto está relacionado às condições que os dominados estão sujeitos. Na maioria dos casos de Scott, esses grupos parecem estar muito mais vulneráveis, apesar da resistência, enquanto que Abdul parece ser um pouco menos vulnerável dentro do sistema colonial. Essas particularidades se devem provavelmente ao contexto propriamente africano: o fortalecimento de Abdul está ligado à formação de um exército de mercenários, com todas as conotações que isso carrega, mas que lhe garante um pouco mais de segurança. Implica ainda, considerar que provavelmente, o resultado do levante de 1919, está diretamente relacionado ao fato de Abdul não ter sido um símbolo de união para os povos do Oio, apenas para seus homens. Assim, essa ausência de coletividade entre todos que estavam sob seu domínio – seus homens e os povos do Oio -, prejudicou a efetividade do seu discurso oculto de resistência. Sobre isso, Bowman afirma: “Njai’s rule went unchecked, and the local population paid more attention to his demands than to Portuguese authority because ‘for a long time, he and the people attached to his fortune have constituted the principal police force of the local government...’”<sup>82</sup>. A partir dessas considerações, podemos pensar as ações de Abdul Injai diante do sistema colonial que estava em processo de implantação.

---

<sup>81</sup> Nos relatórios da campanha de 1919, o número de 500 soldados armados de Abdul aparece com recorrência. Ainda, devemos considerar as mulheres, crianças e idosos que faziam parte da sua gente.

<sup>82</sup> “O Estado de Injai não foi bem aceito, e a população local prestou mais atenção às suas exigências do que à autoridade portuguesa porque” por um longo tempo, ele e as pessoas que estavam ao seu lado constituíram a principal força policial do governo local” BOWMAN, art. cit., p. 472. (tradução nossa)

A aliança desse chefe de guerra com a administração colonial, no início do século XX, se for vista através apenas dos interesses portugueses, não compreende a complexidade do processo. Ainda, contribui para a legitimação de argumentos mal intencionados, como aqueles que tendem a culpar os próprios africanos pela implantação do sistema colonial em África. Assim, para além de pensar que essa aliança resultou na subordinação dos povos locais, é fundamental que consideremos o porquê de Abdul tê-la aceite. Mbokolo faz uma afirmação importante sobre casos semelhantes a esse:

Na resistência, levantaram-se também grupos que, por interesse, e *na convicção de que os brancos não se atardariam em África*, se lhes tinham aliado, tendo-os ajudado a impor-se às populações. Os motins dos mercenários dos exércitos coloniais são um exemplo dessas reviravoltas ditadas pela consideração dos interesses imediatos dos grupos em causa.<sup>83</sup>

Assim sendo, essa cooperação, por parte de Abdul, visava seus próprios interesses, e não a implantação do sistema colonial português – como veremos mais adiante, não foi possível que ambos objetivos, da administração colonial e de Abdul, fossem concretizados. No entanto, ao agir buscando benefícios para si e para sua gente, suas ações favoreceram o processo de implantação do sistema colonial. Ainda, se faz necessário reafirmar que no início do século XX, não existia o sentimento de identidade nacional guineense consolidado<sup>84</sup>. Partindo de um ponto de vista simplista, até poderíamos considerar a Liga Guineense como um movimento nacionalista insurgente. No entanto, ao extrapolarmos a esfera do seu discurso público, percebemos que representa interesses específicos de seus membros, que são, em geral, grumetes das elites urbanas, e que não compreendiam a diversidade de povos da Guiné. Não necessitamos aqui nos ater muito a essa organização em seus aspectos específicos, sobre ela nos basta duas afirmações: 1) também podemos entendê-la como uma resistência africana não bélica, com suas particularidades; 2) justamente por seu carácter de resistência com interesses particulares, ela se apresentou como oposição às ações de Abdul Injai e Teixeira Pinto. Ao citar o ódio destinado pela Liga Guineense e pelos grumetes à Abdul, Pelissier nos confirma isso:

é um intrigante que iludiu as autoridades; é um bandido que vive apenas de crimes e de rapinas; é um estrangeiro que retira a riqueza do país para a exportar para a Guiné francesa; foi ele quem arruinou o comércio no sertão. Completar-se-á o conjunto com considerações patrióticas e

---

<sup>83</sup> MBOKOLO, op. cit., p. 339. (grifo nosso)

<sup>84</sup> E ainda hoje esse sentimento é muito frágil, pois foi resultado de uma união forçada desses diferentes grupos étnicos, muitas vezes rivais entre si.

republicanas, mas por detrás de tudo isto, o que se esconde? Em nossa opinião, a luta entre duas ambições e dois métodos, para ascender ao poder.<sup>85</sup>

Faço nossa a opinião de Pelissier. Longe de buscar a unidade das sociedades guineenses, a Liga pretendia a sua afirmação a nível local, dos grumetes sobre os demais povos; e sob o sistema colonial, diante da metrópole. Assim, as condenações ao aliado português eram justificadas pelo fortalecimento do domínio português que resultava das suas ações. A organização social que estava em formação a partir das ações de Abdul tampouco servia à Liga Guineense, pois em nada contribuía com a sociedade urbana e moderna por ela desejada. Dessa forma, ao saber que na Guiné existiam diferentes núcleos sociais, uns com características semelhantes, outros com características completamente distintas, e também distinção no que diz respeito aos interesses, não parece adequada a afirmação de que o régulo foi um traidor na história do país. Isso acaba por reforçar a ideia de que ele agiu em colaboração com os portugueses. O conceito de colaboração é duramente criticado por Boahen:

Cumprir insistir nesta questão da estratégia, pois ela foi grosseiramente desfigurada até o presente, de forma que já se classificaram alguns soberanos africanos como “colaboradores”, qualificando sua atividade como “colaboração”. Somos contrários ao emprego do termo “colaboração”, pois, além de inexato, e pejorativo é eurocêntrico. Conforme já vimos, a soberania era o problema fundamental em jogo entre os anos de 1880 e 1900 para os dirigentes africanos e, quanto a isso, esta bem claro que nenhum deles se prestava a fazer acordos. Os dirigentes africanos qualificados erroneamente como colaboradores eram aqueles que estimavam que a melhor maneira de preservar sua soberania ou mesmo de recuperar a soberania acaso perdida em proveito de alguma potência africana, antes da chegada dos europeus, não consistia em colaborar, mas antes em *se aliar* aos invasores europeus. Por colaborador entende-se seguramente aquele que trai a causa nacional unindo-se ao inimigo para defender os alvos e objetivos deste último ao invés dos interesses de seu próprio país.<sup>86</sup>

Abdul não era um soberano a exemplo dos grandes líderes locais dos Estados tradicionais que existiam em África até o século XVIII. No entanto, conforme a comparação sobre os Estados tardios, realizada no capítulo 1, parece bastante evidente os interesses que compreendiam o discurso oculto de Abdul ao aliar-se aos portugueses: o aumento do seu poder sobre a região e da formação de uma organização social da qual ele

---

<sup>85</sup> PELISSIÉR, op. cit., p. 182, Vol. II.

<sup>86</sup> BOAHEN, Adu A. (org). África sob dominação colonial (1880-1935) (Coleção História Geral da África, vol VI). Brasília: UNESCO/MEC/UFSCAR, 2010. p. 12.

seria soberan. Sobre essas intenções, Pelissier nos diz: “É um feudo o que ele quer, e reivindica a ordem das antigas autoridades tradicionais”<sup>87</sup>. O Administrador Nogueira chega a falar em “Reino de Abdul”<sup>88</sup> em seu artigo. Não nos parece que Abdul almejava algo tão pequeno como um feudo, mas também a sua organização, pelo menos até 1919, ainda não tinha alcançado as proporções de um reino – mas, provavelmente, era essa sua intenção.

A julgar pelas relações estabelecidas entre europeus e africanos até meados do século XVIII, onde não havia domínio estrangeiro acirrado sobre o território, nem as tentativas disso tinham obtido êxito, e principalmente, onde os líderes locais gozavam de considerável autonomia, não podemos considerar como descuido por parte de Abdul não perceber com quais interesses portugueses ele estava contribuindo. Até então, um sistema colonial tão controlador nunca havia vingado. Ainda corrobora com isso, o fato de que através do discurso público dos dominadores, Abdul pelo menos no momento inicial, havia sido compensado: “Os meus serviços foram muito apreciados pelo governador, tanto mais que me encarregou da região do Côro [Cuor] onde fiquei como régulo [...] e mandou-me ainda gratificar com 100 vacas.”<sup>89</sup>. No entanto, após as conquistas das campanhas de ‘pacificação’, Abdul foi sendo cada vez menos necessário à administração portuguesa, e suas ações foram sendo cada vez mais condenadas – ações que até o momento anterior à tensão das relações entre o régulo e a administração portuguesa eram toleradas.

Essas alianças estabelecidas e entre europeus e africanos, que resultaram no logro do sistema colonial para os primeiros, carregam uma série de conotações que até pouco tempo servia para depreciar a história africana. Ao não analisá-las enquanto discurso público resultante do sistema colonial, principalmente no que diz respeito à atuação dos dominados, não se percebe que o discurso oculto por de trás delas também é uma forma de resistência. Dessa maneira, não foram resistências apenas os conflitos bélicos entre tropas coloniais e povos da Guiné, mas também o primeiro momento da atuação de Abdul Injai pode ser considerado como tal. Parece mais adequado pensarmos que essa distinção é resultado das diferentes organizações sociais que existiam na região, que resultavam na

---

<sup>87</sup> PELISSIÉR, op. cit., p. 182, Vol. II.

<sup>88</sup> NOGUEIRA, Amadeu. art. cit., p. 58.

<sup>89</sup> Abdul Injai, 1920, p. 4 apud MENDY, op. cit., p. 203.

produção de diferentes posturas políticas. Sobre as diferentes tipologias que tentaram classificar os processos de resistência em África, Mbokolo nos apresenta o seguinte:

Todos estão de acordo quanto à distinção, imposta pela cronologia, entre resistências à ‘conquista colonial’ (que cobriria de grosso modo, o período de 1880-1900) e resistências aos abusos do sistema colonial ou, mais simplesmente, às manifestações concretas da colonização (trabalho forçado, imposto de capitação ou taxa de habitação, culturas obrigatórias, imposição de credos estrangeiros, etc.), ou até ao sistema colonial em si, a partir de 1900 ou mesmo de 1890, em certos casos.<sup>90</sup>

A partir dessa base de classificação, podemos considerar as resistências dos povos guineenses combatidas pelas forças coloniais portuguesas em aliança com Abdul – apesar de não estarem compreendidas totalmente dentro do recorte temporal de Mbokolo - como pertencentes à primeira delimitação, ou seja, foram resistências à conquista colonial.<sup>91</sup> No entanto, no caso de Abdul, devido às particularidades dos seus dois momentos de resistência, eles não se encaixam perfeitamente em nenhuma dessas classificações. No primeiro, a postura de Abdul parecia não valorizar a presença dos portugueses no território, nem as suas intenções de implantação do sistema colonial, pois seus objetivos particulares estavam sendo alcançados. E até certo ponto, pareciam convergir com aqueles dos portugueses. Dessa forma, não podemos afirmar que ele lutou contra a “conquista colonial”, pois suas ações, em parte, favoreceram-na. No entanto, diante da afirmação que a administração colonial foi adquirindo no território, Abdul percebeu que a autonomia e o Estado “próprio” que almejava, não seriam permitidos pelos representantes portugueses. Comprova isso o fato de que ele não estava mais sendo compensado pelas suas ações, bem pelo contrário, passou a sofrer diversas sanções àquilo que sempre teve liberdade para fazer. Assim, o momento do levante de 1919 parece se encaixar melhor na segunda delimitação: contra o sistema colonial, que avançado como estava, feria a autonomia de Abdul, impondo-lhe limitações: Sobre isso, Pelissier chega a afirmar:

no começo de 1919, Abdul Injai [...] é uma sobrevivência anacrônica dos tempos difíceis (1913-1915), em que os portugueses nada podiam fazer sem ele. [...] O seu maior erro é não ter compreendido que já não é mais indispensável e, sobretudo, que já não tem mais protectores poderosos<sup>92</sup>

---

<sup>90</sup> MBOKOLO, op. cit., p 332.

<sup>91</sup> Ao confrontar os acontecimentos da região da Guiné-Bissau, com as análises de Mbokolo - baseadas em outras sociedades africanas -, podemos chegar a conclusão de que o sistema colonial português na Guiné estava atrasado. Provavelmente por mérito da força de resistência oferecida pelas sociedades locais.

<sup>92</sup> PELISSIÉR, op. cit., p. 193, Vol. II.

Apesar de ser uma afirmação importante de ser relevada, ela parece um tanto simplista, pois não considera todo o jogo de poder envolvido nas relações entre a administração colonial e o régulo. A postura desse autor pode ser explicada também, pelo fato de que durante muito tempo Abdul não foi considerado um exemplo de resistência africana, mesmo em 1919 quando se rebelou, pois sua atuação anterior deixara uma ferida aberta nos povos locais<sup>93</sup>. No entanto, ao considerar as primeiras atuações de Abdul na região da Guiné sob a perspectiva da existência de um discurso oculto, estamos demonstrando que o levante de 1919 – até então, o máximo de resistência que tinha sido atribuído a esse agente histórico – foi uma consequência da forma de resistência iniciada por Abdul e sua gente anos atrás.

### 2.3 O LEVANTE DE 1919: MANIFESTAÇÃO PÚBLICA DE UM DISCURSO OCULTO

la necesidad de "actuar con una máscara" en presencia del poder produce, casi debido a la tensión engendrada por su falta de autenticidad, una presión equivalente que no se puede contener indefinidamente.<sup>94</sup>

Através da análise do livro de Teixeira Pinto e dos relatórios sobre a campanha contra Abdul Injai, é perceptível que os interesses particulares de Abdul não eram tão desconhecidos assim pela administração portuguesa. Em muitos dos acontecimentos, os seus discursos públicos demonstravam parte do pretendido por Abdul e sua gente: os casos de saques e pilhagens dele e de seus comandados nada mais são do que direitos que o régulo atribuía a si próprio, por se considerar senhor dessas terras, daqueles que a habitavam e daquilo que era nela produzido e cultivado. Um fato que exemplifica isso, dentre tantos outros apresentados é quando moradores da povoação de Nema vão até o administrador de Farim queixar-se da ação de Iaia, um dos chefes de guerra subordinados à Abdul, e alguns de seus homens:

Estes jauras ao chegarem à dita povoação, ordenaram ao chefe da tabanca que mandasse fazer comida para êles, sendo-lhes fornecido pouco tempo

---

<sup>93</sup> Cf. nota de rodapé nº 74.

<sup>94</sup> SCOTT, op. cit., p. 33.

depois arroz com galinha que todos comeram; a seguir, o Iaia disse que uma das vasilhas tinha qualquer coisa estranha que não se parecia com galinha e perguntou ao chefe da tabanca qual o motivo porque não mandou cozinhar cabra ao invés de galinha e, como a resposta naturalmente não lhe satisfizesse, aplicou logo à povoação uma multa de 20\$00, que foi paga, sendo 17\$00 em moeda corrente e um carneiro no valor de 3\$00. Não contente com isso, Iaia prendeu logo as mulheres do referido chefe e ordenou a êste que fosse imediatamente à Farim buscar cinco vacas que já tinha passado para aquele lado [para os portugueses] e lhes entregasse para resgatar as mulheres, caso contrário às levaria e a êle próprio para Mansabá à presença de Abdul.<sup>95</sup>

Podemos perceber nesse exemplo, uma semelhança com as tradicionais sociedades africanas, segundo as quais, tudo que estava no território de influência de determinado soberano local era de sua propriedade. Essa questão já havia sido apresentada por Pelissier, ao dizer que Abdul reivindicava a autoridade das antigas sociedades tradicionais. Além disso, esse fato nos trás um elemento importante sobre o descontentamento do régulo com a intervenção portuguesa nas suas relações com os povos locais – e que não deixa de estar relacionado à reivindicação de autoridade. Nessa citação, Iaia cobra os gados que foram passados à administração de Farim, sem o régulo ser consultado. Em outro acontecimento semelhante, homens de Abdul roubam gado na povoação de Salquinhé. Após a reclamação dessa povoação à administração de Farim, e a intimação para que o régulo devolvesse o que fora roubado, um representante português encaminha a resposta: “Dos carneiros roubados, Abdul diz que 10 estão em Yofarim e os entrega ao portador. Dos restantes que tem em seu poder, já comeu alguns e só entrega os restantes ao indígena Jancó Dabô, por ser êle o proprietário legítimo do gado”<sup>96</sup>. Assim como percebido pelo comandante Lima, que escreveu o relatório onde constam esses acontecimentos, isso provavelmente era uma estratégia de Abdul, para punir Jancó Dabô, por ter solicitado a intervenção do administrador da circunscrição de Farim

Além do discurso público de proteção das sociedades locais, assumido pela administração portuguesa, estar inserido na nova fase do sistema colonial, onde os povos locais não precisavam mais ser combatidos, e sim aproximados, existe um segundo fator

---

<sup>95</sup> “Relatório apresentado pelo comandante militar das regiões de Farim, Balantas e Bissora, capitão Augusto José de Lima Júnior, sobre as operações realizadas no Oio, contra o régulo Abdul Injai.” In: BCGP, op. cit., p. 62.

<sup>96</sup> *Ibidem*, p. 63.



que está relacionado a essa situação e que deve ser considerado: os novos representantes portugueses na Guiné. No período de confronto armado com as povoações da região, a administração colonial agiu com total violência, e necessitava de homens dispostos a agir assim. Pelissier chegará a seguinte conclusão sobre Abdul dentro desse contexto:

É justamente o tipo do pescador de águas turvas, pouco escrupuloso, inteligente e sabendo tornar-se indispensável aos portugueses, entre os quais a incoerência administrativa lhe permite salvar-se das piores situações. Corajoso condutor de homens, atrai e fascina aqueles que nada têm a perder [assim como ele próprio]. É sobretudo um depredador matreiro, balofo, mas extremamente perigoso, sob o seu ar bonacheirão. Um senhor da guerra, em toda a acepção do seu termo.<sup>97</sup>

Mais uma vez, a análise de Pelissier carece de um elemento importante a ser considerado: na caracterização de Abdul estão ausentes os elementos que indicam a influência portuguesa na acentuação dessas características. Abdul teve a permissão portuguesa para ser inescrupuloso quando lhe foi conveniente; seu armamento foi cedido por autoridades portuguesas. “during the campaigns Njai had acces to booty taken after the battles. But when the wars ended, Njai lost this critical source of revenue.”<sup>98</sup> Inicialmente, o combinado foi de que Abdul teria direito à 10% dos impostos cobrados sobre os povos que ele ajudou a combater. No entanto, por isso não cumprido, ele seguirá com os saques e pilhagens de sempre. Ainda sobre as ações portuguesas no período de confronto: “quando o tornado do capitão João Teixeira Pinto passar, já não haverá necessidade de voltar ao terreno. Cabe então aos cobradores de impostos abrir os seus cofres e, aos traçadores de pistas, organizar corveias de mulheres.”<sup>99</sup> Dessa forma, os novos representantes portugueses foram importantes para a implantação da nova política indigenista, que tinha como discurso público a proteção dos povos locais, e o “desenvolvimento” dessas sociedades. O fato é que para defender esse discurso público, era necessário eliminar os antigos resquícios do período da subordinação violenta. Assim, a administração portuguesa na Guiné passará por uma fase de transição: os antigos representantes - que carregavam a mácula dos tempos passados e que por isso, protegiam Abdul através da omissão – serão aos poucos substituídos por indivíduos tomados por essa nova missão. Consequentemente, eles passam a condenar a postura de Abdul. Caetano Barbosa é um desses novos

---

<sup>97</sup> PELISSIÉR, op. cit., p. 101.

<sup>98</sup> “durante as campanhas, Njai teve acesso aos saques após as batalhas. No entanto, quando a guerra terminou, ele perdeu essa fonte de receitas.” BOWMAN, art. cit., p. 472 (tradução nossa)

<sup>99</sup> PELISSIÉR, op. cit., p. 123.

representantes, que vê nas ações de Abdul uma ameaça ao domínio colonial português na Guiné – e ele tem toda a razão.

O relatório do administrador de Farim é provavelmente o documento mais importante dentro do conjunto de fontes da campanha contra Abdul. Os demais, que tratam principalmente da logística do confronto, apesar de nos apresentar os elementos que compreendem este estudo, aparecem de maneira esparsa e carecem de coesão. O relatório de Caetano Barbosa parece nos oferecer as explicações que faltam. Esse documento foi escrito antes dos demais – data de 16 de julho de 1919, a campanha inicia-se no fim desse mês - e é a reunião de diversas reclamações que haviam sido enviadas ao governador da província, Ivo Ferreira, desde que Barbosa assumiu o posto, em setembro de 1916. No entanto, Ivo Ferreira pertencia ao contexto de transição entre o período de confronto com os povos locais e o de afirmação do sistema colonial. Dessa forma, mantinha uma posição de negligência diante das reclamações contra Abdul:

Em Mansabá (4 de novembro [de 1917]), o Senhor Ivo Ferreira limitou-se a aconselhar Abdul, que não mais praticasse tais abusos, extorsões e violências, não obstante ter Abdul confessado a maioria das acusações. O auto foi-me devolvido sem mais resolução. Os oincas ainda esperam justiça e eu meti o referido auto numa gaveta.<sup>100</sup>

Esse documento é importante também, pois nos apresenta elementos do contexto desse momento de transição, como por exemplo, os oincas estarem recorrendo à administração portuguesa para reclamar das ações de Abdul - ou seja, esses povos estavam se utilizando do discurso público oferecido pela administração colonial para garantir sua proteção; e ainda, os esforços do administrador de Farim para sustentar esse discurso.

No ano de 1918, o governador Duque assume a província da Guiné. No entanto, Abdul continua com as suas ações e Barbosa, com as reclamações sobre elas. Por isso, em 23 de novembro de 1918, o novo governador vai até Farim:

Reunidos muito chefes e grandes do Oio no meu gabinete, confirmaram as queixas ao senhor governador, que lhes disse categoricamente: *se repetem em Mansabá, na presença de Abdul, o que acabo de ouvir, não tenho a menor dúvida em o demitir. E ademais, é preciso que saibam que eu que o nomiei régulo do Oio.* Satisfeitíssimos, retiraram-se os grandes e chefes, e eu entendi dever dizer ao senhor governador que prometeu demais, porque os oincas

---

<sup>100</sup> “Relatório do administrador da Circunscrição Civil de Farim à cerca do régulo do Oio, Abdul Injai” In: BCGP, op. cit., p. 93.

saíram convencidos que Abdul seria demitido. Em Mansabá, 3 dias depois, os grandes e chefes, em maior número, repetiram quanto haviam dito. Ficou tudo esperando a solução desejada, mas... nada se resolveu.

Os oincas saíram convencidos de que Abdul não era demitido e houve um que disse para os outros, à meia voz: basta de acusações, Abdul fica e amanhã...

A minha decepção foi tão grande, que momentos depois perguntei ao governador Duque qual seria a minha situação naquelas condições, perante o indígena: mal com Cristo e com o Diábo.<sup>101</sup>

Nessas situações podemos perceber o discurso oculto por trás da política de proteção da administração colonial: esses chefes locais foram expostos à Abdul, pois essa era a condição para que se vissem livres dele – o que de igual maneira, não terá resultados. Para além de todos os interesses de exploração que compreendem o sistema colonial, em vários outros momentos podemos perceber nesses relatórios, a condição de vulnerabilidade dos povos locais: os auxiliares estavam sempre na linha de frente dos confrontos armados, ou expostos às situações que apresentavam maiores riscos.

Essas transformações na política colonial contribuíram para o levante de Abdul de 1919. Ao perceber que cada vez mais aumentava a pressão sobre ele, a fim de ser submetido à administração colonial, ele passa a organizar um “state of his own within the Portuguese colonial state”<sup>102</sup>. Isso gera uma situação de tensão, que vai resultar na preparação, de ambos os lados, para um confronto armado: “De pronto, cuando desaparece la sumisión y surge el reto abierto, nos encontramos ante un momento raro y peligroso en las relaciones de poder”<sup>103</sup>. E esse perigo se oferece também para ambos os lados: para os dominadores, o risco de perder essa sua condição que lhe garante o privilégio da exploração; para os dominados, a saída da zona de proteção mínima que o discurso público lhes oferece, para o embate aberto. É interessante notar que, nesse momento, Abdul já tinha entendido como funcionava a política indigenista portuguesa. Em junho de 1919, segundo o relatório de Barbosa, ele vai tentar valer-se da mesma inversão política, praticada pela administração colonial, em benefício próprio:

envio cópias de comunicações recebidas, ontem, do pôsto de Mansabá, sobre o bôato espalhado de que ia ser atacada a região do Oio pelos lados de Bissoram e Farim e que foi dito por Abdul que o sinátario fornece armas e pólvora a um régulo de Farim para o bater. Nada averigui ainda, por não poder sair, mas tenho absoluta certeza que o boato é mandado

<sup>101</sup> Ibid., p. 95.

<sup>102</sup> “um estado próprio dentro do estado colonial português” BOWMAN, art. cit., p. 472. (tradução nossa)

<sup>103</sup> SCOTT, op. cit., p. 29.

espalhar por Abdul, p rque só ele é capaz de semelhante infâmia e de muito mais para conseguir seus fins. Isto não basta de um balão de ensaio para presentemente conhecer e apalpar se p de ou não contar com o apoio dos oincas. Com êste ensaio e outros, que naturalmente sucederão, procura o régulo Abdul incutir no espírito do oincas desconfiança na autoridade, ou melhor, no G verno e confiança nele, que se apresenta interessando-se por eles e fingindo-se ameaçado de serem atacados  le e o povo do Oio O régulo Abdul, inteligente e conhecedor do Oio e de toda a província, sabe perfeitamente que os oincas são lhe têm medo e não amisade, razão porque iniciou esta nova política com o fim de convencê-los de que estavam ameaçados de um ataque por parte do Governo.<sup>104</sup>

Segundo Scott, nas relações de poder, normalmente os dominadores e os dominados sabem que uns e outros se utilizam do discurso público, e que existe um discurso oculto por tr s de todas as aparências sustentadas. Apesar de todo esse entendimento, essas posturas se manterão até serem convenientes: aos dominadores, enquanto puderem se sobrepor aos demais e sem ameaça real de insubordinação, logrando seus interesses; aos dominados que estão submetidos a essa condição, o discurso público é uma forma de resistência, na medida em que evita o confronto direto entre partes desiguais. No entanto, quando alguma dessas normas de conduta é quebrada pelos subordinados, cabe aos dominadores uma reação: “ese tipo de momentos en que se expresa un desafío e una oposición abierta generalmente provocan una pronta respuesta represiva o, si no hay respuesta, una escalada de palabras y actos cada vez m s atrevidos.”<sup>105</sup> E   nessa condição que se encontrava a administração colonial portuguesa diante das ofensivas de Abdul Injai e seus homens.

A opção se dará pelo confronto armado, e como resultado, depois de dois dias de combate, o ex-régulo se render . Acredito não ser necessário o aprofundamento de todas as questões práticas do confronto, apenas se fazem necessárias algumas observações que se relacionam com o exposto até então: além das forças militares portuguesas estarem protegidas dentro do posto militar de Mansabá, elas possuíam canhões e armas mais modernas que àquelas de Abdul. Esse é um elemento característico da postura colonialista: as armas fornecidas aos africanos sempre eram mais obsoletas, o que garantia a superioridade bélica das forças coloniais diante das forças locais. Em determinado momento do conflito, uma plantação de milho que existia entre o posto português e a

---

<sup>104</sup> “Relatório do administrador da Circunscric o Civil de Farim  cerca do régulo do Oio, Abdul Injai” In: BCGP, op. cit., p. 107.

<sup>105</sup> SCOTT, op. cit., p. 44.

tabanca de guerra de Abdul será incendiada, visto que servia de abrigo para a ofensiva dos homens do régulo. Para o incêndio dessa plantação, que se localizava fora da fortificação do posto, será designada uma força de soldados irregulares, o que demonstra que os soldados africanos estavam sendo submetido às situações que mais ofereciam risco.

Uma última questão a ser aproveitada por nós, no que diz respeito ao confronto, é o envio de Alburí Injai, sobrinho de Abdul, para negociar com os oficiais portugueses a rendição do régulo e seus homens. Através dos relatórios da campanha, percebemos que Alburí estará sempre presente em acontecimentos decisivos, intermediando às comunicações entre Abdul e a administração portuguesa. Um exemplo disso é quando o régulo decide atacar um destacamento de soldados, que tinha por objetivo fortalecer o posto de Mansabá – que será de onde partirão os ataques à tabanca de Abdul no momento do confronto -, e Alburí convence seu tio a deixar a diligência passar, sob a desculpa dada pelos portugueses de que a diligência servia apenas para abastecer o posto com mantimentos – já que as últimas tentativas de abastecimento, não tinham sido bem sucedidas devido aos ataques da gente de Abdul. Ainda, Alburí será citado em diferentes relatórios dos oficiais portugueses, e receberá os mais valorosos elogios:

Há porem, neste meio corrupto de infâmias e latrocínios, uma pessoa única que eu julgo ilibada de todas as responsabilidades. É Alburí Injai, alferes de 2ª linha e sobrinho de Abdul.

Este homem, com quem tratei de perto desde 18 de junho findo, foi sempre da máxima sinceridade e correção para comigo e toda a gente do pôsto. Respeitador das ordens do Governo, era no meio de Abdul um revoltado, negando-se terminantemente a pegar em armas contra a nossa autoridade, o que uma noite lhe valeu, além do labéu de cobarde, o epíteto de vendido do Governo e receber dinheiro de Mansabá<sup>106</sup>

Confrontando os elogios que Alburí recebeu e sua intermediação entre Abdul e os representantes portugueses, é impossível não levantar suspeitas com relação a ele. Não é nossa intenção chegar a conclusões precisas sobre essa situação, até porque não possuímos documentos nem referências que tratem especificamente sobre o tema. Podemos apenas, a partir desse trabalho, levantar as seguintes questões: será que Alburí percebeu que Abdul já não seria mais capaz de derrotar as forças portuguesas, e por isso se aliou a elas? Sabemos que Alburí não foi preso, como aconteceu com os demais chefes de Abdul. Como ficou sua situação na região após ter sido poupado? Essas questões ficam em aberto por enquanto.

---

<sup>106</sup> “Relatório do comandante do Pôsto Militar de Mansabá. – Combate dos dias 1 e 2 de Agosto de 1919, com o Régulo do Oio, Abdul Injai, e suas consequências” In: BCGP, op. cit., p. 83-84.

Para além dessas questões e dos resultados do confronto, fazem-se necessárias algumas observações finais. Após três anos de frequente denúncia contra as ações de violência, extorsões e roubos de Abdul, a administração portuguesa só decidirá confrontá-lo ao ver sua autonomia fortemente ameaçada pelo levante que Abdul planejava - e para o qual tentava reunir os oincas contra os portugueses. Assim, o discurso oculto colonial é denunciado: contradizendo a postura de proteção portuguesa, a violência sofrida pelas povoações da Guiné não foi motivo para combater Abdul, e sim o temor de uma grande resistência por ele articulada.

Por sua vez, ao considerar o contexto regional de implantação do sistema colonial francês e português nas regiões do atual Senegal e da Guiné-Bissau, percebemos que a organização social que derivava do exército de “mercenários” liderados por Abdul – e que buscava afirmação na região do Oio - representava uma alternativa à condição aos quais eles estavam submetidos. No entanto, quando essa forma de resistência cresceu, atingindo maiores proporções – que foram potencializadas pela repressão da administração colonial - , ela passou a não ser tolerada. Diante da necessidade de resistir, o discurso oculto de Abdul e seus homens resultou no “*reto abierto*” 1919. Dessa forma, não acreditamos que apenas o confronto de 1919 foi um ato de resistência. A organização social que havia resultado da ação de Abdul e seus homens buscava sua afirmação na região, e não a implantação do sistema colonial.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O século XIX pode ser considerado o marco da integração política e econômica mundial sob um sistema de hierarquia bem definido, com supremacia de determinados povos sobre aqueles a quem foi imposta a condição de inferiores. A partir dele torna-se completamente impossível estudar os acontecimentos no continente africano de maneira isolada – nos séculos anteriores também não existe um isolamento total, no entanto, as relações se dão de uma maneira muito mais distante, e a troca de influências entre os mundos africanos e o ocidental não se comparam às do período estudado. Por isso, procuramos nesse trabalho fazer a análise tanto das características que influenciaram na postura portuguesa diante do território da atual Guiné-Bissau, quanto das características de sociedades africanas que podem ser usadas para pensar o caso de Abdul Injai.

De modo geral, podemos perceber de que forma o imperialismo ocidental, característica da expansão capitalista, fomentou o acirramento do domínio português sobre a Guiné – que no momento anterior, tinha suas relações intermediadas com o mundo ocidental, basicamente, pela intermediação de Cabo Verde. A partir das diferentes organizações sociais da Guiné, sejam as organizações “tradicionais”, seja o modelo representado por Abdul e sua gente – ao qual fizemos aproximações com as características dos Estados tardios africanos e dos exércitos de mercenários -, está bastante evidente que é impossível falar de dominação sem falar de resistência. E de maneira mais aprofundada, diferentes formas de resistência. Para o que os conceitos de discurso público e discurso privado de Scott nos oferecem uma perspectiva de análise bastante interessante.

No que diz respeito às relações entre Abdul Injai e a administração colonial portuguesa, os discursos públicos e ocultos, presentes nas fontes analisadas, demonstram os interesses, de ambas as partes, que resultaram no levante de Abdul, em 1919. No momento inicial, Abdul Injai viu na aliança com os representantes portugueses um meio de conquistar poder na região, de tornar-se senhor do território. Diferentemente do que foi defendido por Pelissier, ao analisar as ações de Abdul, ele parece querer muito mais que um “feudo”. A julgar pela extensão das suas ações, que vão para muito além do regulado do Oio e do Cuor, ele demonstra a intenção de expandir sua autoridade para além do que já tinha. No entanto, ao agir assim, além de facilitar o domínio português na região, acabou

sabotando seus próprios interesses, pois diferentemente do que acontecia no período anterior, onde a soberania dos líderes locais africanos era respeitada, dessa vez o sistema colonial seria implantado a todo custo, fortalecido pelo contexto internacional de integração forçada dos territórios ao sistema econômico ocidental.

Ao analisar Abdul Injai enquanto símbolo de resistência, buscamos uma perspectiva diferente das que haviam sido feitas até então. Em geral, o fato de sua aliança com os portugueses ter contribuído para enfraquecer a resistência dos diferentes povos locais (balantas, papéis, soninquês<sup>107</sup>, mandingas, mancanhas, manjacos etc.) e as suas formas de atuação, sempre lhe conferiram a imagem de um traidor, que no levante de 1919 foi punido por sua traição. No entanto, para além de atribuir um juízo de valor sobre ele, esse trabalho considerou os diferentes elementos que contribuíram para a postura de Abdul. Sejam os elementos propriamente africanos, sejam os estrangeiros. A única beneficiada com a derrota de Abdul em 1919 foi a administração portuguesa. Ao perceber que Abdul estava se organizando para enfrentá-la, e principalmente, tentando conquistar a gente do Oio para o seu lado, as forças coloniais viram sua autoridade ameaçada, e trataram logo de reduzir o atual inimigo. Ainda, pensar o momento da aliança de Abdul como uma forma de resistência diante dos novos acontecimentos, nada mais é que considerar as particularidades africanas na análise. É inegável que a interferência imperialista resultou na elevação, em grau exponencial, da violência no continente e no acirramento dos conflitos locais. No entanto, uma África idealizada - homogênea, integrada e não bélica - antes do contato ocidental, é uma perspectiva já obsoleta dentro do pensamento africano. Ao pensar Abdul enquanto símbolo de resistência, por mais que seja uma resistência mais individual e não tão coletiva, contra o sistema colonial prezamos pela complexidade envolvida nas relações de poder e de resistência, e em características de sociedades africanas.

Ao realizar esse trabalho, estamos apenas iniciando as discussões sobre o caso de Abdul Injai enquanto resistência africana e suas diferentes representações. Infelizmente, por ser um documento raro, não conseguimos ter acesso direto ao “Relatório. Os meus feitos na Guiné Portuguesa, desde 1894 a 1919, data em que, por uma acusação falsa, fui

---

<sup>107</sup> Esse grupo social está referenciado nos registros do período estudado. Atualmente, no entanto, parece que essa identificação não existe mais.



deportado para a província de Cabo Verde”, que o próprio Abdul Injai escreveu. Apenas a excertos presentes em trabalhos como o de Pelissier e Mendy. De igual maneira, acreditamos que fica aberto o dialogo com muitos outros temas relacionados à história e à resistência na Guiné. Por exemplo, o elemento que deixamos em aberto nesse trabalho, que diz respeito ao sobrinho de Abdul, Alhuri Injai que parece ter se aliado aos portugueses. Ou ainda, as representações sobre Abdul enquanto figura de resistência nas sociedades africanas contemporâneas ou mais especificamente na Guiné.

## FONTES

*Documentos sobre a campanha de Abdul Injai. In: Boletim Cultural da Guiné Portuguesa (Bissau), vol. VI nº 21, 1951, pp. 54-126.*

PINTO, João Teixeira. *A ocupação militar da Guiné*, Lisboa, 1936.

## BIBLIOGRAFIA

BALANDIER, Georges. A situação colonial: uma abordagem teórica. *In: SANCHES, Manuela Ribeiro (org). Malhas que os impérios tecem*. Lisboa: Ed. Cotovia, 2005.

BARBOSA, Muryatan Santana. “A construção da perspectiva africana: uma história do projeto História Geral da África (UNESCO)”. *Revista Brasileira de História (ANPUH)*, vol. 32 nº 64, 2012.

BEAUD, M. *História do capitalismo de 1500 aos nossos dias*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BOAHEN, Adu A. (org). *África sob dominação colonial (1880-1935)* (Coleção História Geral da África, vol VI). Brasília: UNESCO/MEC/UFSCAR, 2010.

BOWMAN, Joye L. “Abdul Njai: Ally and Enemy of the Portuguese in Guinea-Bissau, 1895-1919”. *The Journal of African History*, vol. 27 nº 3, 1986, pp. 463-479.

CARVALHO, Clara. “La legitimidad de la palabra: la historia de los régulos pos-coloniales en Guinea Bissau”. *Revista CIDOB d'Afers Internacionals* (Barcelona), nº 87, 2009, pp. 17-38.

CASTRO, Armando. *O Sistema Colonial Português em África*. Lisboa: Editorial Caminho, 1980.

D'ELIA, German. *Historia Contemporânea. El Imperialismo*. Montevideo: Ediciones Banda Oriental, 1971.

HOBSBAWM, E. *A era dos impérios 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

KI-ZERBO, Joseph (org). *Metodologia e Pré-História da África* (Coleção História Geral da África, vol VI). Brasília: UNESCO/MEC/UFSCAR, 2010.

LEISTER, Fátima Cristina. “A Guiné-Bissau e o Boletim Cultural da Guiné Portuguesa: 1946-1973”. *Projeto História* (São Paulo), nº44, 2012, pp. 321-330.

LENIN, I. V. *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1982.

LOPES, Carlos. “A pirâmide invertida – historiografia africana feita por africanos”. In. V.V.A.A. *Colóquio Construção e ensino da História de África* (7-9 de junho de 1994). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, pp. 21-29

MARTINEZ, CARRERAS, J. *Introducción a la historia contemporánea*. Madrid: Istmo, s.d.

MBEMBE, Achille. “As formas africanas de auto-inscrição”. *Estudos afro-asiáticos* (Rio de Janeiro), vol. 23 no 1, 2001.

MENDY, Peter. *Colonialismo Português em África: a tradição de resistência na Guiné-Bissau* (1879-1959). Lisboa: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, 1994.

MENDY, Peter. “Portugal's Civilizing Mission in Colonial Guinea-Bissau: Rhetoric and Reality”. *The International Journal of African Historical Studies*, vol. 36, n.º. 1, 2003, p. 35-78.

MUDIMBE, Valentin. *A invenção da África*. Lisboa: Edições Pedagô, 2013.

M'BOKOLO, Elikia. *África Negra. História e Civilizações. Tomo II- Do século XIX aos nossos dias*. Lisboa: Edições Colibri, 2007.

NOGUEIRA, Amadeu. “Figuras da Ocupação: Abdul Injai”. *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa* (Bissau), vol. IV n.º 13, 1949, pp. 49-60.

PÉLISSIER, René. *História da Guiné. Portugueses e africanos na Senegâmbia* (1841-1936). Lisboa: Editorial Estampa, 1989, 2 vols.

PETERSEN, Silvia e LOVATO, Bárbara. *Introdução ao estudo da História: temas e textos*. Porto Alegre: Edição das autoras/Gráfica das UFRGS, 2013.

PINTO, Céli R. J. & GUAZZELLI, Cesar A. B. *Ciências Humanas: Pesquisa e método*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

REIS Filho, D. A.; FERREIRA, J.; ZENHA, C. *O Século XX. V. 1. O tempo das certezas: da formação do capitalismo à Primeira Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SANSONE, Lívio. “Da África ao afro: uso e abuso da África entre os intelectuais e na cultura popular brasileira durante o século XX”. *Afro-Ásia* (UFBA), vol. 27, 2002.

SAUTU, Ruth & al. *Manual de metodología. Construcción del marco teórico, formulación de los objetivos Y elección de la metodología*. Buenos Aires: Prometeu Libros, 2010.

SCOTT, James. *Los dominados y el arte de la resistencia*. México: Ediciones Era, 2000

## APÊNDICE A

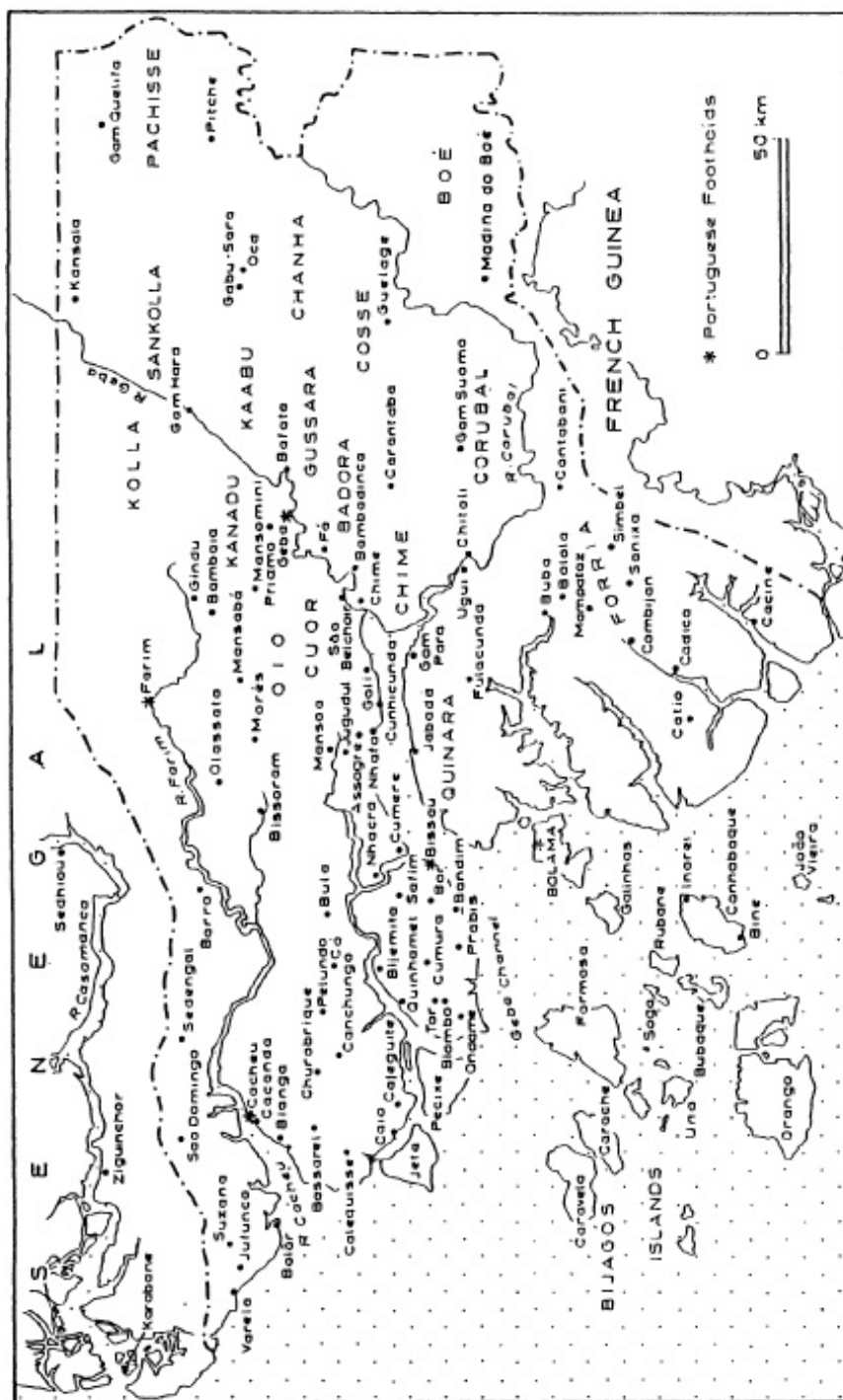
Relação de documentos oficiais publicados no periódico Boletim Cultural da Guiné Portuguesa

“Documentos sobre a Campanha contra Abdul Injai”, vol. VI nº 21, 1951, pp. 54-126:

- I. Relatório da cooperação prestada pela Marinha Colonial nas operações militares contra o ex-régulo do Oio Abdul Injai e sua gente (p. 53-58);
- II. Relatório apresentado pelo comandante militar das regiões de Farim, Balantas e Bissoram, capitão Augusto José de Lima Júnior, sobre as operações realizadas no Oio, contra o régulo Abdul Injai (p. 58-73);
- III. Relatório do comandante da diligência à Masabá (p. 73-75);
- IV. Relatório do comandante do Pôsto Militar de Mansabá. – Combate dos dias 1 e 2 de Agosto de 1919, com o Régulo do Oio, Abdul Injai, e suas consequências (p. 75-85);
- V. Relatório do Comando Militar dos Balantas (p. 85-90);
- VI. Relatório apresentado pelo Comandante Militar de Bissoram (p. 90-92);
- VII. Relatório do administrador da Circunscrição Civil de Farim à cerca do régulo do Oio, Abdul Injai (p. 90-126)

## ANEXO A

Mapa da região da atual Guiné-Bissau nos últimos anos do século XIX



Fonte: MENDY, 2003, p. 40.

**ANEXO B**

Fotografia de Abdul Injai



Fonte: PINTO, 1936, p. 48.



**ANEXO C**

Fotografia de João Teixeira Pinto



Fonte: PINTO, 1936, p. 2.